

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A PASSAGEM DE PRONOME RELATIVO PARA CONJUNÇÃO LATINA:  
UMA ABORDAGEM FUNCIONAL

Wendel Fernandes Processy

2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



A PASSAGEM DE PRONOME RELATIVO PARA CONJUNÇÃO LATINA:  
UMA ABORDAGEM FUNCIONAL

Wendel Fernandes Processy

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro como quesito para a obtenção do Título de Mestre em Linguística.

Orientador: Professor Doutor Mario Eduardo Martelotta.

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2009

A passagem de pronome relativo para conjunção latina:  
Uma abordagem funcional  
Wendel Fernandes Processy  
Orientador: Professor Doutor Mario Eduardo Martelotta.

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Examinada por:

---

Presidente, Professor Doutor Mário Eduardo Toscano Martelotta, UFRJ

---

Professora Doutora Maria Maura da Conceição Cezario, UFRJ

---

Professora Doutora Ana Thereza Basílio Vieira – UFRJ

---

Professora Doutora Lilian Vieira Ferrari – UFRJ, Suplente

---

Professora Doutora Deize Vieira dos Santos – UFRJ, Suplente

Rio de Janeiro  
Fevereiro de 2004

Processy, Wendel Fernandes

A passagem de pronome relativo para conjunção latina: Uma abordagem  
Funcional / Wendel Fernandes Processy, UFRJ.

Rio de Janeiro, 2009.

xii, 96f.: il.; 31 cm.

Dissertação (Mestrado em Lingüística) –  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade  
de Letras, 2009.

Orientador: Mário Eduardo Martelotta

Co-orientadora: Vanda Santos Falseth

1. Funcionalismo. 2. Gramaticalização.

3. Língua latina – Dissertação.

I. Martelotta, Mário Eduardo (Orient.). II.

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Faculdade

de Letras. Programa de Pós-Graduação em Lingüística. III. Título.

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho a Deus, à equipe do Grupo de Estudos Lingüísticos Discurso & Gramática, em especial meu orientador, Professor Doutor Mário Eduardo Martelotta, a minha co-orientadora Professora Doutora Vanda Santos Falseth, a minha esposa Andréa dos Santos Processy, a minha família e a meus amigos.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Jesus, Nosso Senhor e Nosso Deus, e a Maria Santíssima, Nossa Mãe.

Aos meus pais, Paulo César e Marlene, que tudo fizeram e fazem para que eu caminhe com dignidade onde quer que eu vá.

Agradeço à minha esposa, Andréa, pelo apoio, paciência, confiança e por ser mais do que eu sempre sonhei.

Agradeço aos meus irmãos Suzana e Renato pelo companheirismo e por sempre acreditarem em mim.

Agradeço ao Professor Mário Eduardo Martelotta, meu orientador de dissertação e motivador, ao qual devo minha inserção no universo da pesquisa e meu encontro com a Linguística Funcional.

Agradeço à Professora Vanda Falseth, minha coorientadora e *magistra*, em todos os tempos.

Agradeço a cada um de meus amigos pelo acolhimento e suporte que me deram, mesmo muitas vezes não sabendo que era exatamente disso que eu precisava.

Agradeço a um anjo que por sete semanas iluminou minha vida e de minha esposa.

## RESUMO

PROCESSY, Wendel Fernandes. A passagem de pronome relativo para conjunção latina: Uma abordagem Funcional. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Este trabalho tem como finalidade detectar a passagem de pronome relativo latino *quod* a conjunção integrante, usando por linha teórica os preceitos da Gramática Funcionalista, entre eles a teoria da gramaticalização, que é a principal orientação desta pesquisa, o princípio da marcação e o princípio da iconicidade. Para desenvolver tal estudo foram utilizados *corpora* de duas sincronias diferentes. A primeira sincronia refere-se ao latim clássico (século I a.C), tendo como *corpora* os discursos de Cícero *Pro Archia*, *Pro Marcello*, *Orationes quattuor in Catilinam*, *Pro Murena* e os comentários de César sobre a guerra da Gália denominado *De Bello Gallico*. A segunda sincronia refere-se ao latim cristão (século IV d. C), que se apoiou nos sermões de Santo Ambrósio editado no livro *De Mysteriis Liber Vnus* e a *Vulgata* de São Jerônimo, além dos livros de São Mateus, São Marcos e São Lucas.

Verificou-se que nos *corpora* do latim clássico a conjunção integrante *quod* fora pouco atestada, ocorrendo apenas com verbos que indicam afastamento, verbos unipessoais e construções unipessoais, mesmo com estes tipos de verbos era pouco freqüente, preferindo a língua outros tipos de estruturas.

Os resultados obtidos na análise demonstram que da sincronia mais antiga para a mais recente ocorreu o aumento da freqüência de uso da conjunção integrante *quod*, tornando-se a mesma a única conjunção introdutora de cláusula subordinada substantiva dos *corpora* pesquisados.

**Palavras-Chave:** Pronome, Conjunção, Gramaticalização, Funcionalismo.



## ABSTRACT

PROCESSY, Wendel Fernandes. A passagem de pronome relativo para conjunção latina: Uma abordagem Funcional. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

This work focuses the development of latin relativ pronom *quod* to conjunction, under the theoretical precepts of Grammar Functionalist, among this the theory of the Grammaticalization, as well principle of markedness and principle of the iconicity. The *corpora* of this research are composed by texts of two different synchronies of latin, this synchronies are the of classic latin and christian latin. The books of classic latin are *Pro Archia*, *Pro Marcello*, *Orationes quattuor in Catilinam*, *Pro Murena* of Cicero and the commentaries of Cesar on the war of Galia acquaintance by *De Bello Gallico*. The second sincrony on report the christian latin and the books examined of this synchrony are *Mysteriis Liber Unus* of Saint Ambrose and the texts of Saint Matthews, Saint Marc and Saint Luca published in the work *Vulgata* of Saint Jerome. Of this form, on consider this study plus step for study of the area of conjunction and a contribution for the linguistic studies of functionalism and the grammaticalization.

**Keywords:** Pronom, Conjunction, Grammaticalization, Functionalism.

## Lista de Tabelas

Tabela 1 – Posição do <i>quod</i> referente a sua ordenação em relação ao verbo da cláusula principal	78
Tabela 2 – Tipos de verbos usados com <i>quod</i> no latim clássico	81
Tabela 3 – Extensão de uso do <i>quod</i> nos <i>corpora</i> do latim cristão	84
Tabela 4 – Uso de <i>quod</i> e <i>ut</i> integrante no latim clássico	85
Tabela 5 – Uso de <i>quod</i> e <i>ut</i> integrante no latim cristão	85
Tabela 6 – Modo da cláusula subordinada com <i>quod</i> no latim clássico	87
Tabela 7 – Modo da cláusula subordinada com <i>quod</i> no latim cristão	87

## Lista de Abreviaturas

### LIVROS

(BG) – *De Bello Gallico*

(Lc) – *São Lucas*

(Mc) – *São Marcos*

(MLU) – *De Mysteriis Liber Vnus*

(Mt) – *São Mateus*

(OC) – *Orationes quattuor in Catilinam*

(PA) – *Pro Archia*

(PM) – *Pro Marcello*

(PMR) – *Pro Murena*

## Sumário

Introdução	13
Objetivos	14
Hipóteses	15
1 Metodologia	18
2 Análise do <i>corpus</i>	20
2.1 Livros	20
2.2 Latim clássico	21
2.2.1 Cícero e seus discursos	23
2.2.2 César e seus comentários	24
2.3 Latim cristão	25
2.3.1 São Jerônimo e a Vulgata	27
2.3.2 Santo Ambrósio e seu sermão	28
3 Estudos anteriores	31
4 Fundamentação teórica	36
4.1 Breve histórico da gramaticalização	36
4.2 Gramaticalização de conjunções	45
4.3 Gramaticalização do <i>quod</i> propriamente dito	47
4.4 O papel da frequência	68
4.5 O princípio da marcação	69

4.6	O princípio da iconicidade	70
5	Análise de dados	74
5.1	A posição do <i>quod</i>	76
5.2	Tipo de verbo	80
5.3	A extensão de uso de <i>quod</i> no latim cristão	82
5.4	O aumento de frequência de ocorrência de <i>quod</i>	85
5.5	O modo verbal da oração subordinada	86
6	Conclusão	88
7	Referência bibliográfica	91

## INTRODUÇÃO

Este trabalho investiga, segundo os pressupostos da Linguística Funcional, sobretudo, da teoria da gramaticalização e dos princípios da marcação e da iconicidade, a mudança ocorrida em latim com o pronome relativo *quod* no neutro singular em acusativo (caso do complemento verbal direto). Esse pronome passou a exercer a função de conjunção subordinativa, ou seja, deixou de ser um termo de referência anafórica e passou a ser um termo que introduz uma cláusula subordinada substantiva.

Entende-se aqui como cláusula subordinada o que está proposto em Hopper e Traugott (2003), ou seja, um tipo de cláusula dependente de sua matriz, ou cláusula principal, funcionando como um constituinte dessa matriz e não podendo apresentar força ilocucional distinta (é nesse grupo que se enquadram as substantivas). Essa noção de subordinação não se identifica com a tradicional, já que as adverbiais, segundo a proposta por nós adotada, não são subordinadas, mas hipotáticas, tipo de cláusula que apresenta níveis de encaixamento e gramaticalização mais baixos.

Com este trabalho, pretende-se descrever o processo de gramaticalização do pronome relativo *quod* que se torna, ao longo do tempo, um termo ainda mais gramatical. Emprega-se aqui o termo gramaticalização no sentido utilizado nos estudos funcionalistas, conforme se encontra nos trabalhos de Heine, Claudi e Hünnemeyer (1991), Traugott e Heine (1991), Hopper e Traugott (2003), além de outros mais recentes como os de Traugott (1995), Tarbor e Traugott (1998), Traugott e Dascher (2002), Traugott (2003), Heine (2003), Lehman (2005), e que Martelotta, Votre e Cezario (1996: 13) resumem da seguinte forma:

processo unidirecional, segundo o qual itens lexicais e construções sintáticas, em determinados contextos, passam a assumir funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais.

Para melhor ratificar essa posição, foram tomadas as noções de léxico e de gramática. Martelotta, Votre e Cezario (1996:13) e Votre, Cezario e Martelotta (2004) caracterizam o léxico como formado de elementos “que fazem referência a dados do universo biossocial: designam entidades, ações e qualidades”. Por outro lado, os elementos gramaticais “são os que organizam os itens do léxico no discurso”.

Assim, para se entender o processo ocorrido com o pronome *quod*, foi necessário desenvolver um estudo diacrônico deste pronome, com que se procura observar as razões das mudanças de seu comportamento morfossintático, principalmente em relação a sua atuação como introdutor de cláusulas. Para isso, foi feito um estudo das duas sincronias (séc. I a.C e séc. IV d.C) que possibilitam identificar os estágios de gramaticalização em cada uma das sincronias. Nesse sentido, foram utilizados os textos do latim clássico (século primeiro antes de nossa era), no caso, quatro discursos de Cícero *Pro Archia* (PA), *Pro Marcello* (PM), *Orationes quattuor in Catilinam* (OC), *Pro Murena* (PMR) e um de César *De Bello Gallico* (BG); e dois do latim cristão (século IV d.C.), os sermões de Santo Ambrósio, editado no livro *De Mysteriis Liber Vnus* (MLU) e a *Vulgata* de São Jerônimo, tendo sido abordados os livros de *São Mateus* (Mt), *São Marcos* (Mc) e *São Lucas* (Lc).

## **Objetivos**

Pretende-se estudar a inserção do pronome *quod* como conectivo subordinador substantivo em detrimento do conectivo *ut* em textos do latim clássico (século I a.C.) e cristão (século IV d.C.), tendo, principalmente, como base a teoria da gramaticalização e o papel da frequência. Procura-se, também, com este trabalho, contribuir para ratificar o processo de gramaticalização do tipo espaço > (tempo) > texto (Heine, Claudi e Hünemeyer 1991; Heine: 2007), comum a várias línguas, assim como a hipótese da unidirecionalidade. Além de

suscitar interesse por uma linha de pesquisa nesse domínio das línguas clássicas, que é de fundamental importância para trabalhos de abordagem histórica.

Os objetivos específicos desta pesquisa são:

- a) indicar o processo de gramaticalização espaço > (tempo) > texto (Heine, Claudi e Hünemeyer: 1991; Heine: 2007), ocorrida com o elemento *quod*;
- b) descrever o processo que leva à perda de flexão do pronome *qui, quae, quod* que passa a *quod* invariável em latim;
- c) apontar como e quando o pronome *quod* deu origem à conjunção *que*;
- d) demonstrar que essa mudança se deu por mecanismos característicos do processo de gramaticalização;
- e) demonstrar uma mudança gradual do elemento em estudo, no sentido de que ele vai perdendo aos poucos suas marcas originais de pronome, através da observação dos textos de épocas diferentes.

## Hipóteses

As hipóteses que norteiam esta pesquisa estão baseadas nos pressupostos da Linguística Funcional, com ênfase nos processos de mudança por gramaticalização (Traugott e Dasher, 2005 e Heine e Kuteva, 2007), levando em conta também o princípio da iconicidade (Givón 1990) e da marcação (Givón 1991; 1995). Enumerar-se-ão as nossas hipóteses relativas à passagem do pronome *quod* a conjunção:

- a) a passagem do elemento *quod* pode ser explicada pelo processo de gramaticalização espaço > (tempo) > texto, proposto em Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) e em Heine (2007), já que ele tem uma origem dêitica espacial que gera usos pronominais anafóricos e catafóricos, dos quais se desenvolvem funções conectivas;



- b) o pronome relativo *quod*, usado em um contexto sem antecedente, proporcionou o aparecimento do conectivo *quod* que introduz cláusula subordinada substantiva;
- c) acredita-se que o uso de *quod* como conjunção se intensificou no século I a.C e já se encontra consolidada no século IV d.C;
- d) a mudança de pronome a conectivo deve ter tido como base fenômenos importantes para a compreensão do processo de gramaticalização tais como: dessemantização, descategorização, extensão e frequência;
- e) a mudança de pronome a conectivo deve ter sido gradual, havendo um momento de ambigüidade semântica no qual seria difícil verificar qual dos dois valores estão em uso.

Para melhor compreensão deste trabalho, organizou-se esta dissertação em 7 capítulos, os quais serão resumidamente apresentados a seguir.

O capítulo 1 expõe a metodologia utilizada para determinar os fatores que norteiam a coleta e a análise dos dados e também detecta os mecanismos característicos do processo de gramaticalização.

No capítulo 2 apresentam-se os livros utilizados como *corpora*, fala-se da sincronia em que eles foram escritos, do tipo de texto e dos autores destas obras. O capítulo 3 descreve os principais trabalhos relativos ao pronome e à conjunção *quod*, tanto no âmbito morfológico quanto no âmbito sintático.

O capítulo 4 apresenta os pressupostos teóricos funcionalistas que serviram de base para esta pesquisa. Nesse capítulo, destaca-se a teoria da gramaticalização, e de maneira secundária também se utiliza dos princípios funcionais de iconicidade e marcação.

No capítulo 5 trata-se das análises de dados propostas na hipótese, objetivando uma melhor descrição do fenômeno e a comprovação de que, de fato, trata-se de um caso de gramaticalização.

O capítulo 6 propõe, de acordo com os dados coletados, apresentar uma conclusão sobre a passagem de pronome relativo *quod* a conjunção, ou seja, a gramaticalização deste item.

Por fim, o sétimo e último capítulo oferece nossas fontes de pesquisa e dados. Referência mais do que justa a todos os autores que contribuíram para a formação deste trabalho.

## 1. METODOLOGIA

Neste capítulo, será detalhada a metodologia utilizada no trabalho, assim como as informações preliminares desta dissertação, como os textos adotados como *corpora* e os fatores lingüísticos utilizados.

Estuda-se, neste trabalho, a passagem do pronome *quod* a conectivo, observando os contextos em que ele aparece e procurando as motivações para a sua mudança em direção a gramática. Foram coletadas orações em que o *quod* funcionava como pronome relativo com antecedente, orações em que o *quod* funcionava como pronome relativo sem antecedente e todas as orações em que o *quod* funcionava como conjunção integrante.

A metodologia deste trabalho consiste na coleta e na análise dos dados e em detectar os mecanismos característicos do processo de gramaticalização que transformaram um elemento mais lexical (o pronome) em um elemento gramatical (a conjunção). Consiste também em observar, por meio da análise de textos de épocas diferentes, a mudança gradual do elemento em estudo, que vai perdendo aos poucos suas características originais.

Para realizar esta análise, foram utilizados os seguintes fatores:

- a) posição do *quod* pronome e do *quod* conjunção dentro da oração;
- b) tipo semântico do verbo com o qual o *quod* como conjunção começou a ser utilizado;
- c) a extensão de uso do *quod* com outros tipos semânticos de verbo;
- d) o aumento de frequência do *quod* em detrimento do uso de *ut*;
- e) o modo verbal da oração subordinada.

Como *corpora*, foram selecionados 7 obras: 5 do latim clássico (século I a.C.), no caso, 4 (quatro) discursos de Cícero *Pro Archia* (PA), *Pro Marcello* (PM), *Orationes Quattuor in Catilinam* (OC), *Pro Murena* (PMR) e uma de César *De Bello Gallico* (BG); e

do latim cristão (século IV d.C.) os sermões de Santo Ambrósio editado no livro *De Mysteriis Liber Vnus* (MLU) e a *Vulgata* de São Jerônimo, tendo sido abordados os livros de *São Mateus* (Mt), *São Marcos* (Mc) e *São Lucas* (Lc). A escolha desses textos se deu por serem representativos de suas épocas. O texto BG de César foi o texto escolhido para representar a prosa clássica e como não há textos do latim falado para representá-lo foram escolhidos os discursos de Cícero que, embora só sejam conhecidos sob a forma gráfica, foram proferidos diante de um público, portanto foram concebidos como textos orais, vindo depois a ganhar uma forma escrita. Os livros Mt, Mc e Lc tirados da *Vulgata* foram selecionados como representantes da prosa cristã. E o sermão Santo Ambrósio, como representante (pelo menos o que mais se aproxima) da oralidade cristã, e o mesmo pensamento aplicado aos discursos de Cícero pode ser aplicado aos sermões de Santo Ambrósio, pois, embora sejam conhecidos apenas sob a forma gráfica, foram concebidos para serem falados.

Com relação ao número de dados, foram encontrados nos *corpora* do latim clássico 26 cláusulas introduzidas pela conjunção integrante *quod*, sendo nos discursos de Cícero 16 e nos comentários de César 10. Já no latim cristão foram encontradas 63 cláusulas com a conjunção integrante *quod*, sendo 56 nos livros sinóticos e 7 no sermão de Santo Ambrósio.

## 2. ANÁLISE DOS *CORPORA*

Neste capítulo será feita a análise dos *corpora* utilizados para realização desta pesquisa. Primeiramente, apresentar-se-á cada livro em relação à sincronia a qual pertence; em seguida uma breve análise dos discursos escolhidos (forense e religioso), a partir de trabalhos sobre esses domínios discursivos e a maneira como os textos pertencentes aos *corpora* podem ser analisados seguindo esta abordagem. A partir da leitura atenta de cada livro, foi considerado de grande importância comentar cada livro porque foi realizada uma leitura atenta de cada um, procurando observar não somente as cláusulas em que a conjunção *quod* aparece, mas também perceber como o tipo de discurso poderia influenciar na escolha da conjunção a ser usada. A seguir, há uma breve análise sobre os tipos de textos selecionados e suas características principais.

### 2.1 Livros

Os *corpora* utilizados foram compostos por 7 livros, sendo 5 do latim clássico e dois do latim cristão. As obras do latim clássico são *Pro Archia*, *Pro Marcello*, *Orationes Quattuor in Catilinam e Pro Ligario* de Cícero como também o *De Bello Gallico* de César; já os do latim cristão são os sermões de Santo Ambrosio editados no livro *De Mysteriis Liber Vnus* e os evangelhos de *São Mateus*, *São Marcos e São Lucas* retirados da *Vulgata* de São Jerônimo.

Utilizaram-se para esta pesquisa textos de duas sincronias tão distantes uma da outra por dois motivos. O primeiro porque, como afirma o latinista francês Gaillard<sup>1</sup> (1992), os textos em prosa pagã dos séculos I e II depois de Cristo tendem a imitar os textos da época

---

<sup>1</sup> Jacques Gaillard é lente de latim e mestre de conferência na universidade de Estrasburgo.

clássica. Por isso, optou-se por não analisar textos desses séculos visto que os resultados, muito provavelmente não difeririam do resultado da época clássica. O segundo porque quase não há textos em prosa cristã<sup>2</sup> em latim nos séculos I e II de grande representatividade e os poucos que existem não são confiáveis.

## 2.2 Latim clássico

Sincronicamente, costuma-se delimitar o latim clássico como o latim do século I a.C. e o início do século I d.C., sendo este o latim utilizado, principalmente, na modalidade escrita da língua. Seria ele o latim da prosa e da poesia deste período, que segundo os estudiosos da língua de Cícero, representou o apogeu da literatura latina. Divide-se tal período em dois momentos: a chamada época de Cícero, na qual a prosa atinge seu melhor nível, cujos maiores representantes são Cícero, César e Salústio e a chamada época de Augusto, na qual a poesia atinge seu ápice, cujos maiores representantes são Vergílio, Horácio, Ovídio, Tibulo e Propércio.

Gramaticalmente, o latim clássico é visto como o de maior cuidado com a forma, este latim é assim definido por Camara Jr. (1978: 20):

O latim clássico estava sujeito a uma disciplina rigorosa e era tema de atenção por parte dos intelectuais. Resistia às forças evolutivas da língua, cingia-se a um padrão escrito, que procurava ser imutável, e prestava-se mal para a vida social corrente, quotidiana.

Tradicionalmente, divide-se a história lingüística do latim em três etapas: latim arcaico, latim clássico, (baixo latim no qual se encontra o latim cristão) e latim medieval.

---

<sup>2</sup> Ressalta-se aqui importância da prosa cristã para este trabalho, pois conforme lembra Gaillard (1992), a linguagem desse grupo é para nós o mais importante legado e a que mais se aproxima da linguagem cotidiana dos séculos IV e V.

Paralelamente ao latim clássico e medieval, de caráter culto e literário, falava-se o latim vulgar, do qual derivam as línguas românicas. Esse latim, vulgar na verdade, nunca se constituiu numa língua fixa e estável. Com efeito, era falado ao longo de uma grande extensão territorial, que incluía a Ibéria, a Gália, a Itália, os Alpes, a África do Norte etc., e, em cada uma dessas regiões, se havia sobreposto a uma língua preexistente, a que é chamada língua de substrato, falada pelas populações autóctones antes da conquista romana, e que, por vezes, deixou traços na fonética, na morfologia e no léxico do latim dessas populações. É, pois, natural que a diversidade dialetal do latim vulgar fosse bastante significativa. Não obstante, enquanto o Império Romano sobreviveu, a comunicação entre as diversas províncias permaneceu suficientemente intensa para impedir que divergências dialetais se aprofundassem a ponto de romper a possibilidade de intercompreensão. Já a partir do definitivo esfacelamento do Império, no século V de nossa era, as comunicações se tornaram mais difíceis, as relações comerciais entre as províncias cessaram e a cultura literária, outro importantíssimo fator de união entre os falantes do latim, experimentou um período de extrema decadência. Some-se a isso a invasão dos territórios romanizados por povos germânicos que, embora em muitos casos adotando a língua latina - ou melhor, seus dialetos locais -, aportavam a esses dialetos seus hábitos lingüísticos próprios, contribuindo, assim, para aumentar a diversificação lingüística entre as regiões. As línguas germânicas representavam, desse modo, línguas de superstrato em relação ao latim vulgar das províncias invadidas. Inicia-se assim um novo período na história da língua, em que não mais convém falar-se de um latim vulgar, mas sim de um romance, ou, antes, de vários romances.

O período romance principia com a queda do Império Romano do Ocidente e se estende até o momento em que alguns de seus dialetos ascendem à posição de línguas literárias e de cultura, passando os demais dialetos a ser vistos não mais como dialetos do

latim ou do romance, mas sim como variedades regionais das línguas literárias utilizadas nos territórios em que são falados.

Percebe-se assim que a história lingüística latina pode ser dividida didaticamente em três grandes períodos: um período latino vulgar, um período romance e um período neolatino, que por sua vez se dividirá em Antigo (séculos IX a XI), Médio (séculos XII a XV) e Moderno (a partir do século XVI).

No latim clássico, foram analisados os discursos *Pro Archia*, *Pro Marcello*, *Orationes quattuor in Catilinam*, e *Pro Ligario* de Cícero como também os comentários sobre a guerra da Gália de César denominada *De Bello Gallico*.

### **2.2.1 Cícero e seus discursos**

Marco Túlio Cícero nasceu em Arpino, cidade do Lácio, a 03 de janeiro de 647 a *condita urbe*, portanto 106 anos antes de Cristo. O maior orador romano pertencia a uma família da ordem eqüestre, e seu pai, ainda que afastado das lidas políticas, mantinha relações com os homens mais notáveis da época. O orador Licínio Crasso encarregou-se da educação de Cícero e de seu irmão Quinto. Aos dezesseis anos vestiu a toga viril e iniciou-se no estudo das leis.

Em 63 a.C., Cícero alcançou o consulado, cargo máximo da magistratura romana. Nesta eleição venceu Catilina, que então começou planejar a ruína da República. Cícero descobriu seus intentos e denunciou-o ao povo e ao senado, discursando duas vezes para cada instituição, conseguindo, assim, a condenação do mesmo e de seus comparsas.

Marco Túlio Cícero, ardoroso defensor da república, assistiu ao fim dessa, vendo as estruturas republicanas ruírem nos anos seguintes ao seu consulado com o advento do



primeiro triunvirato que reuniu César, Pompeu e Crasso, depois a ditadura de César, que governou o império como autocrata.

No ano de 43 a.C., com 63 anos, durante o governo do segundo triunvirato, que reuniu Otávio Augusto, Marco Antônio e Lépido, o autor das *Catilinárias* foi assassinado a mando do triúnviro Marco Antônio, como represália aos discursos intitulados *Filípicas*, em que o arpino denunciava os excessos desse governante. O talento oratório deu-lhe a fama e tirou-lhe a vida.

Os discursos de Cícero são conhecidos na sua forma escrita, porém eles foram proclamados em tribunas para uma platéia, portanto sua primeira versão foi oral, por isso escolhemos como *corpora* esses textos, pois manifestam o que de mais próximo há do latim clássico como representante da linguagem oral. Como diz Reboul (2000), o discurso deve ter correção e beleza, para isso deve-se escolher as palavras no vocabulário usual, evitando tanto arcaísmos quanto neologismos; deve-se evitar qualquer frase métrica, como os versos dos poetas; o discurso deve estar sempre a serviço do sentido. Segundo o autor, a primeira qualidade da fala/discurso é a da clareza, ou seja, o discurso deve poder ser entendido por todo o auditório.

### **2.2.2 César e seus comentários**

Das Guerras da Gália (em latim *De Bello Gallico*) é um texto de Júlio César onde ele relata as operações militares durante as Guerras da Gália, que se desenrolaram de 58 a.C. a 52 a.C., das quais ele foi o grande vencedor. A "Gália" à qual se refere César é toda a Gália, com exceção da *Provincia Narbonisenses* (hoje Provença), englobando toda a França atual, Bélgica e parte da Suíça. Em outras ocasiões ele se refere somente ao território habitado pelos Celtas (a quem os Romanos chamavam Gauleses), canal da Mancha a *Lugdunum* (Lyon). *De Bello*

*Gallico* foi escrito por volta de 50 a.C. sob a forma de memórias, com um cuidado aparente de objetividade, mas finalmente revelam sua intenção de apologia pessoal.

Como a obra de César manifesta o que há de mais representativo da prosa clássica, escolheu-se o *De Bello Gallico* para integrar nossos *corpora*, por ser ele uma fonte confiável da escrita de sua época.

### **2.3 Latim cristão**

Vendryes (1950: 96 [1922]) afirma que sendo o latim dos cristãos uma língua especial, entende-se que esta língua “só é utilizada por grupos de indivíduos postos em circunstâncias especiais”. Cada língua especial, língua de um grupo especial, é, pois, o resultado da presença de um fator de diferenciação. À medida que o elemento de diferenciação desempenha um papel mais importante na vida dos indivíduos usuários da língua especial, a diferenciação lingüística será mais intensa e mais profunda. No caso do latim cristão, o agente de diferenciação é o cristianismo, a religião do livro santo, a Sagrada Escritura.

O latim cristão nasce, pois, desse elemento de diferenciação que é o cristianismo, o *tertium genus* como se dizia então, ou seja, os cristãos se distinguem dos judeus e dos pagãos. Tendo-se difundido, a princípio, no seio do proletariado urbano, o cristianismo foi, aos poucos, ganhando um espaço cada vez maior junto às classes aristocráticas, difundindo-se cada vez mais graças à solidariedade de grupo gerada do suportar juntos os sofrimentos e as perseguições. A revolução espiritual que se operou na sociedade antiga com o advento do cristianismo desembocaria em uma revolução lingüística, ou em nascimento de uma língua de grupo. Por outro lado, esta língua de grupo evolui no quadro do latim tardio; ela é uma língua que não poderia se separar da língua comum da época. É verdade que, com a propagação do

cristianismo, este grupo de cristãos se amplia, e o que era a língua de um grupo restrito tornar-se-á a língua comum. Os traços característicos que marcavam o idioma do grupo dos cristãos serão um dia a propriedade comum de uma sociedade que se dirá cristã. Mas esta evolução nos conduz para bem além dos primeiros séculos. Em sua bagagem, o latim cristão traz muitos vulgarismos e torneios de frases populares que acabam ganhando foros de legitimidade na nova ordem e na nova língua, fixando-se na mente dos fiéis, que, a princípio, são os mais simples do povo, depois é que a aristocracia irá converter-se ao cristianismo.

Na época de Jerônimo, este grande exegeta e tradutor da Bíblia, há um grupo de matronas da aristocracia que se reúne em torno de Jerônimo para dele haurir a sabedoria que procede do conhecimento das fontes hebraicas, veiculadas na mais pura tradição da herança clássica latina. Jerônimo tem cabedal para operar a alquimia que requer todo trabalho de tradução, ou seja, não apenas a manutenção da fidelidade ao texto original e expressão adequada do conteúdo original em um novo código lingüístico e cultural, mas a atenção que dirige, por exemplo, aos elementos poéticos e estilísticos, como ritmo, sons, efeitos de estruturas sintáticas e elementos morfológicos e pragmáticos. Em relação às antigas versões da Bíblia, tal fato não se dava, uma vez que as versões existentes eram resultantes de um extremo literalismo, de formas rudes e ausência quase completa de cuidado literário. Essas versões da Bíblia escandalizavam os homens de letras. Na língua vulgar, por exemplo, o uso de *quoniam* era mais freqüente que na língua clássica, e a tendência de usar esta conjunção preferencialmente a outras se conservou no uso do latim entre os cristãos, como também o uso de *quod* no lugar de *ut* que se conserva na tradição da língua escrita. Deste modo o latim cristão, embora mantenha traços dos estágios anteriores da língua, está muito mais perto de uma realidade oral (principalmente o utilizado na vulgata), pois sua primeira intenção era a defesa e divulgação o mais claro possível dos ideais desse novo grupo que procurava se afirmar dentro do mundo greco-romano.

Os textos selecionados para o latim cristão são os sermões de Santo Ambrósio intitulado *De Mysteriis Liber Vnus* “Primeiro Livro dos mistérios” e os evangelhos de São Mateus, São Marcos, São Lucas e São Paulo retirados da *Vulgata*<sup>3</sup> de São Jerônimo.

### **2.3.1 São Jerônimo e a *Vulgata***

Nascido no seio de uma família cristã da Dalmácia d.C. 347, Jerônimo, depois de ter estudado em Roma, teve uma vida agitada que acabou por o levar à Terra Santa. Em 382, o Papa S. Dâmaso I (366-384 d.C.) convidou-o para seu secretário e foi então que S. Jerônimo se iniciou como tradutor da Bíblia, pois o Papa, perante a multiplicidade das versões latinas, encarregou-o primeiro de fazer a revisão dos Evangelhos, comparando-o com os originais em grego, trabalho que depois se estendeu a todo o Novo Testamento e ao Livro de Salmos.

Quando o Papa morreu, S. Jerônimo, passados alguns meses (Agosto de 385) foi para a Terra Santa acabando por se fixar em Belém. Aí, empreendeu a sua obra mais polêmica, entre 390-405, a tradução do Antigo Testamento diretamente a partir do hebreu. As suas traduções foram extremamente polêmicas. As populações estavam habituadas às inúmeras versões latinas (*Vetus Latina*), habitualmente traduzidas a partir da versão grega. nomeadamente do chamada Septuaginta (também conhecida como dos Setenta ou LXX). Mas apesar da contestação inicial, a versão de São Jerônimo acabou por impor-se com o decorrer dos séculos e foi importante para a consolidação e unidade do Cristianismo.

---

<sup>3</sup> A *vulgata* é uma tradução para o latim da Bíblia escrita em meados do século IV por São Jerônimo, a pedido do Papa Damaso I, que foi usada pela Igreja Católica e ainda é muito respeitada. O nome vem da frase *versio vulgata*, isto é, “versão dos vulgares”, foi escrito em um latim cotidiano usado na distinção consciente ao latim que até então fora usado para a escrita.

### **2.3.2 Santo Ambrósio e seu Sermão (MLU)**

Teólogo do período pós-nissênico, político, escritor, compositor e bispo da hoje cidade de Milão (374-397), no século da grande patrística (325-430), nascido em Treveris, hoje Trier, na Alemanha, introdutor no Ocidente do canto alternado dos salmos, e cuja obra pastoral, teológica e litúrgica o levou a integrar, juntamente com são Jerônimo e santo Agostinho, o grupo de padres que constituem a idade de ouro da patrística. De uma próspera, senatorial e família cristã da Gália. Estudou em Roma (370) e foi nomeado governador de Ligúria e Emília, com sede em Milão. Com a morte do bispo Auxêncio (374) e em virtude da divisão existente entre os cristãos seguidores do Concílio de Nicéia e os partidários da heresia ariana, ambas as facções decidiram fazer dele bispo. Oito dias após ser batizado consagraram-no bispo de Milão. Considerando-se chamado por Deus, distribuiu seus bens aos pobres, estudou teologia e tornou-se um dos doutores da igreja. Tornou-se histórico por impor uma rigorosa ortodoxia a Igreja Cristã, seguidor do credo de Nicéia, recusou-se a qualquer acordo com os arianos, que postulavam uma natureza criada e finita para Jesus Cristo, não lhes permitindo nenhum lugar de culto em Milão. Enérgico e destemido diante de qualquer autoridade, opôs-se a que Valenciano II restaurasse o altar da deusa Vitória no Senado, e acusou e condenou o poderoso Imperador Teodósio I a uma penitência pública, responsabilizando-o pelo massacre contra os rebeldes da Tessolônica (390). A este bispo é atribuída a invenção do cântico religioso Te-deo (do latim Te Deum) que, por séculos e séculos, tem sido executado e cantado em cerimônias de ação de graças religiosas e leigas, tornando-se a canção-símbolo de agradecimentos em toda a cultura ocidental, bem como a introdução do canto das antífonas dos salmos, o que o fez ser considerado como o pai da liturgia latina nesse aspecto. Bispo e doutor, Padroeiro das abelhas e considerado o Pai da

Igreja, morreu em Milão, cidade em cuja catedral repousam seus restos mortais, e é festejado no dia 7 de dezembro.

No sermão *De Mysteryis Líber Vnus*, o Bispo de Milão fala ao povo sobre o mistério da santíssima trindade com uma linguagem bem comum, como afirma Lancet<sup>4</sup> (1992: 19) “sendo a temática das mais complicadas coube ao orador facilitar ao máximo a linguagem”.

No século IV, como hoje em dia, os sermões eram discursos que deviam ser proferidos para uma assembléia. Contudo os discursos têm que ser adequados aos ouvintes, sendo assim não é de se admirar a linguagem pouco elaborada dos discursos de Santo Ambrósio que conhecia muito as regras de retórica, como nos lembra Genette (1979)<sup>5</sup>. Estas regras definem que o orador deve ter uma preocupação especial com o público. Diz Reboul (2000), referindo-se as regras da retórica, que deve haver uma adaptação da linguagem conforme as pessoas a quem nos dirigimos, pois não falamos da mesma maneira quando discursamos num tribunal, ou num senado ou perante a espectadores “comuns”. Reboul (2000: 77) ainda nos lembra as palavras de Santo Agostinho que afirma:

Quem ousaria dizer que a verdade deve enfrentar a mentira com defensores desarmados? Como? Esses oradores que se esforçam por persuadir do falso saberiam desde exórdio tornar o auditório dócil e benevolente, enquanto os defensores da verdade seriam incapazes disso.

Com essa assertiva Santo Agostinho quer dizer que os oradores cristãos não podiam prescindir da retórica, mas da boa retórica, muito menos da língua latina e da língua latina usada por este grupo, que, como se sabe, era formado, nesse tempo, pelas pessoas mais

---

<sup>4</sup> Rene Lancet tradutor oficial da Igreja Católica das obras de Santo Ambrósio para o francês e para o italiano.

<sup>5</sup> Genette em seu livro, *Rhetorique e enseignement*, afirma que o bispo de Milão tinha um grande conhecimento da retórica dos latinos e dos gregos, fato que faria com que o maior orador cristão de seu tempo (Santo Agostinho) se tornasse seu discípulo.

simples da sociedade romana, portanto deviam ter uma linguagem simples, sendo justamente esta linguagem que deveria ser utilizada por estes oradores.

### 3. ESTUDOS ANTERIORES

Esta seção é dedicada à análise de determinados trabalhos acadêmicos sobre a forma *quod* anteriores a esta dissertação, com enfoque principal na morfologia histórica dessa forma e seu uso sintático na época clássica. Tais trabalhos são capítulos de livros que, geralmente, tratavam do *quod* de forma geral, sem se preocupar com sua passagem de pronome a conjunção, nem fazendo um paralelismo entre as mesmas.

Há dois estudos clássicos sobre o pronome e sobre a conjunção *quod* que, embora antigos, devem ser aqui abordados, são eles: os comentários feitos por Ernout (1945) e as análises feitas por Ernout e Thomas (1951).

No primeiro livro, que tem como escopo é a morfologia histórica, Ernout explicita a origem da forma *quod*, relacionando-a com os demonstrativos com os quais partilham uma mesma origem, afirmando que o tema do relativo em *quo* se aproxima morfologicamente do tema dos demonstrativos em *so*, do qual se tem ainda alguns traços no latim clássico. Além disso, compartilham algumas desinências em comum como o “d” para nominativo e acusativo do neutro singular. Ao mostrar esta aproximação em sua origem entre o relativo e o demonstrativo, este trabalho de Ernout foi de grande importância, pois assim se consegue propor uma direcionalidade da forma *quod* que, como os demais relativos, guarda ainda um forte valor dêitico<sup>6</sup> e, logicamente, como relativo, um valor anafórico, o que mais tarde explica ser esta forma selecionada para ser usada como conjunção subordinativa, ou seja, com o esvaziamento do seu sentido dêitico e anafórico.

O segundo estudo versa sobre a sintaxe do latim. Nele Ernout e Thomas explicitam o uso de *quod* como conjunção, principalmente na época clássica dando uma pincelada em outras sincronias. Os autores afirmam que este tipo de cláusula (completiva introduzida por

---

<sup>6</sup> Heine e Kuteva (2002) apresentam exemplos, em várias línguas, de passagem de demonstrativo para relativo, o que sugere um processo relativamente comum na linguagem.



*quod*) tem seu verbo em uma forma finita e seu uso estendido no latim cristão. Para os referidos latinistas, na língua literária seu emprego era concorrente da cláusula infinitiva (acusativo como sujeito de um verbo em infinitivo) com determinados tipos de verbo. Segundo os autores, embora *quod* venha a se generalizar, na época clássica seu uso era pouco freqüente. Além disso, seu uso com verbos *dicendi* e *sentiendi* demorou um longo tempo para se estender à língua literária e com os cognitivos e volitivos nunca se estabilizou. Ainda conforme os autores, a construção que usava *quod* como conectivo introdutor de uma oração completiva é calcada no latim vulgar e tentam comprovar tal fato, dizendo que, no *Satiricon*, Petrônio diferencia os personagens por meio dessa construção. Assim um personagem africano ou provindo do povo usaria a construção com *quod*, enquanto os outros personagens, que não tinham origem popular, usariam a construção com *ut* ou com infinitivo. Neste rico estudo da sintaxe da época clássica, não há preocupação de discutir o porquê de *quod* se generalizar, nem muitos exemplos de seu uso nas épocas posteriores.

Um outro estudo importante que versa sobre *quod* e gramaticalização é um artigo intitulado *Integração sintática e semântica na complementação verbal* de Votre, que está presente no livro *Gramaticalização* (Votre, Martelotta, Cezário: 2004). Nele o autor afirma que a introdução da construção com *quod* gerou um processo de desintegração sintática “no sentido de que a nova subordinada teria passado a ser formulada com maiores números e traços de oração plena” (pág. 11). Assim, para o autor a comunidade dos falantes teria tido dificuldade em entender as cláusulas infinitivas como *credo terram esse rotundam*, e, por isso, fariam uso de uma construção mais facilmente analisável como *credo quod terra est rotunda*. Em sua proposta Votre vê a construção com *quod* como mais antiga do que a construção infinitiva. Com essa concepção, Votre admite uma coexistência entre as duas

construções. O autor observa que a construção infinitiva é mais encaixada<sup>7</sup> (integrada) com a principal do que a construção com *quod*, pois nela há um maior grau de fusão dos elementos morfossintáticos e semânticos entre a cláusula principal e subordinada. Essa fusão é tão grande que dispensa conectivos introdutórios e o objeto de uma é o sujeito da outra. Já a construção com o conectivo seria menos integrada, pois é formulada com maior número de traços de oração plena, ou seja, verbo conjugado, sujeito em nominativo e a própria presença da conjunção. Assim, como o grau de encaixamento da construção infinitiva é maior, ela seria mais recente na língua, segundo a hipótese da unidirecionalidade associada à teoria da gramaticalização.

Nessa dissertação, tem-se uma visão diferente da de Votre (2004) a respeito da introdução de *quod* como conectivo subordinador, por dois fatores. O primeiro está calcado no uso e na polissemia da conjunção *ut* dentro da língua latina. O *ut* era a conjunção por excelência da língua latina no período clássico, podendo introduzir orações subordinadas substantivas e orações adverbiais (temporais, finais, consecutivas, comparativas e condicionais), como mostram os exemplos:

(1) *Vereor ut hoc, quod dicam...* (PM, 12)

v. 1<sup>a</sup>s.ind. conj. pron. pron. v. 1<sup>a</sup>s. ind.

confessar que isto que dizer

Trad.: Confesso que isto que direi...

(2) *Ea uicisti quae et naturam et condicionem*

demons. v. 2<sup>a</sup>s. ind. pron. rel. conj. adit. ac. conj. ac.

aquelas vencer que e natureza e condição

<sup>7</sup> Segundo (Givón: 1990), dada uma hierarquia de graus de finitude (ou seu inverso graus de nominalidade) da forma verbal, os mais integrados são os casos que apresentam o verbo da subordinada com características mais nominais e com menos morfologia verbal.

*ut uinci possent habebant* . (PM, 8)

conj. final v. inf. pass. v. 3ªpl. subj. v. 3ªpl. ind.

para que ser vencido poder ter

Trad.: Venceste aquelas coisas que tinham não só a natureza mas também a condição para que pudessem ser vencidas.

Portanto, com esta distribuição (que é muito mais ampla do que a de *quod*, pois pode complementar mais tipos de verbos do que este e mais tipo de orações também) e por ser a construção com *ut* menos encaixada do que a construção infinitiva<sup>8</sup>, o emprego de *ut* só poderia ser mais antigo na língua do que essas outras duas. Assim, a formação com infinitivo seria um estágio posterior de gramaticalização da formação com *ut*, não da formação com *quod*.

O segundo fator que contraria a proposta de Votre está calcado nos tipos de verbo que a oração infinitiva e a construção com *quod* podem complementar. Ora, se a construção com infinitivo fosse mais recente do que a com *quod*, nas sincronias mais antigas, esta atuaria em um número maior de contextos, complementando, por exemplo, mais tipos de verbos do que aquela. Na análise deste trabalho, percebe-se que isto não ocorre. A distribuição de complementação de tipos de verbos com *quod* é sempre menor do que a com oração infinitiva nos *corpora* das sincronias mais antigas analisadas (latim clássico), só vindo a superá-la nos textos analisados dos *corpora* das sincronias mais recentes (latim cristão).

Assim, na época clássica, a construção infinitiva podia complementar verbos<sup>9</sup> :

(1) *dicendi* como *dico* (digo), *narro* (narro), *fateor* (confesso), etc.

(2) *sentiendi* como *sentio* (sinto), *uideo* (vejo), *audio* (ouço), etc.

---

<sup>8</sup> Segundo a trajetória de gramaticalização proposta acima.

<sup>9</sup> Esta classificação dos verbos latinos está baseada na proposta de Ernout e Thomas (1951), sendo que ao que está sendo chamado de construção unipessoal, eles se referiam com o termo *locução*.

(3) *uoluntatis* como *uolo* (quero), *nolo* (não quero), *malo* (prefiro), *cupio* (desejo), etc.

(4) Unipessoais e construções unipessoais<sup>10</sup> como *apparet* (é evidente), *decet* (convém), *accedit* (soma-se); *certum est* (é certo), *necesse est* (é necessário), etc.

Enquanto, nessa mesma época, a complementação com *quod* só era possível com verbos:

(1) verbos pessoais com baixo comprometimento do falante/escritor com o conteúdo proposicional como: *relinquo* (deixar, largar), *decerno* (decidir aleatoriamente);

(2) unipessoais e construções unipessoais como *apparet* (é evidente), *decet* (convém), *accedit* (soma-se); *certum est* (é certo), *necesse est* (é necessário) etc.

Os trabalhos de Ernout (1945) e Ernout e Thomas (1951) serviram de fonte para esta pesquisa, embora alguns de nossos dados contrariem a proposta desses autores, a maioria deles só ratifica seus comentários. Quanto ao trabalho de Votre (2004), que impulsionou esta pesquisa, adotamos uma posição contrária. No sentido de que a construção com *quod* não é uma evolução da construção do acusativo com infinitivo, que se desenvolveu da construção com *ut*, mas uma estrutura posterior, desenvolvida por outras motivações.

---

<sup>10</sup> Chamou-se de construção unipessoal a estrutura formada por verbo esse (ser) + um predicativo.

## **4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo, está detalhada a linha teórica que norteou o presente trabalho, o funcionalismo norte-americano, especificando quais pontos foram os mais importantes para a definição dos fatores lingüísticos escolhidos, especificamente a teoria da gramaticalização assim como os princípios funcionalistas da iconicidade e marcação. A fundamentação teórica que serviu de base para se compreender o processo de gramaticalização do *quod*, em particular, assim como a trajetória de mudança das línguas em geral, estão descritas em 5 sub-capítulos.

Pode-se acrescentar que este estudo fundamenta-se nos princípios funcionalistas que entendem a linguagem como instrumento de interação social. Seu interesse de pesquisa é a motivação para os fatos da língua nos contextos discursivos. Para o funcionalismo, as regularidades da língua ocorrem também por causa das condições discursivas, isto é, a estrutura lingüística seria motivada pela situação comunicativa. Para este trabalho, em específico, interessa-nos como suporte teórico principal, a teoria da gramaticalização (Traugott e Dasher: 2005; Heine e Kuteva: 2007), assim como, de forma secundária, os princípios funcionalistas da iconicidade e da marcação (Givon: 1990; 1995).

### **4.1 Breve histórico da gramaticalização**

Desde o século XIX, desenvolvem-se estudos que tentam explicar como se originam e se desenvolvem as categorias gramaticais. Numa perspectiva de caráter mais funcionalista, a trajetória da mudança se daria pela regularização do uso da língua, que ocorreria a partir da criação de expressões novas e de rearranjos vocabulares feitos pelo falante para atender seus propósitos comunicativos. Hopper e Traugott (2003) apontam a diversidade de sentido do

termo gramaticalização, enfatizando que o fenômeno pode ser estudado dentro de uma perspectiva histórica, ou numa perspectiva sincrônica. A perspectiva histórica, que mais interessa aqui, vê a gramaticalização como um subconjunto da mudança lingüística, “um tipo de mudança sujeita a certos processos gerais e caracterizado por certas conseqüências, tais como a mudança na gramática” (Traugott & Heine, 1991: 3).

Estudos posteriores a estes já abordavam este tipo de mudança lingüística, no século XVII, foram realizados na França por Condillac, Rousseau e na Inglaterra por Horne Tooke. No século XIX, foram desenvolvidas pesquisas na Alemanha (Bopp, Schlegel, Humboldt, Gabelenz) e nos Estados Unidos (Whitney). Conforme observa Neves (1997), Lehmann (1982) faz remontar ao filósofo francês Etienne Bonnot de Condillac a idéia de que as unidades gramaticais vêm de lexemas e afixos vêm de formas livres. Na sua obra *Essai sur l'origine des connaissances humaines*, de 1746, Condillac explicou as desinências pessoais do verbo pela aglutinação de pronomes pessoais, e afirmou que o tempo verbal vem da coalescência de um advérbio temporal com o tema verbal. Lehmann (1982) refere-se, ainda, a John Horne Tooke, que, numa obra de etimologia (*Epea Pteroenta or The Diversions of Purely*; vol. I: 1786; vol. II: 1805), afirma que as preposições derivam de nomes e verbos. Contudo, como destacado por diversos autores (entre os quais, Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991 e Traugott, 2003), o primeiro a introduzir o termo gramaticalização e defini-lo como a “atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” foi Meillet (1965[1912]). Segundo Meillet, estudos que chegaram à fonte primeira de uma forma gramatical demonstraram: (1) ser tal fonte uma palavra lexical; (2) que a transição é sempre uma espécie de *continuum*.

Trabalhos posteriores a Meillet, enfocando a gramaticalização, surgiram no contexto da lingüística funcionalista norte-americana no século XX, como consta no relato de Martelotta (2003:58):

A emergência do paradigma da gramaticalização no contexto da lingüística funcionalista americana deu-se a partir dos anos 1970, quando houve um resgate do papel das transformações diacrônicas nas explicações da sintaxe. O texto motivador foi *The origins of syntax in discourse* (Sankoff e Brown, 1976), que teve eco no ciclo funcional prosto por Givón (1979) discurso> sintaxe> morfossintaxe> morfofonêmica> zero, apoiado em evidências oriundas da aquisição da linguagem, da passagem de pidgins para crioulos e dos estudos diacrônicos.

Neves (1997: 120), ao discorrer sobre a gramaticalização, referindo-se aos problemas relativos a sua conceituação e delimitação, observa:

É fácil mostrar a existência de palavras funcionais originadas em palavras de conteúdo lexical e que constituem, pois, o que se poderia considerar como instâncias prototípicas da “gramaticalização”. São casos, por exemplo, como os das preposições *durante* e *mediante*, das locuções prepositivas *apesar de*, *a par de*, *a fim de*, *a despeito de*, das conjunções *consoante*, *conforme*, *segundo*, *apenas*, *mal* e das locuções conjuntivas *visto que*, *visto como*, *uma vez que*, *posto que* (...).

No entanto, como faz questão de ressaltar a autora, a intervenção da pragmática na consideração do processo de gramaticalização, defendida por Givón (1979) configura a visão do processo como uma reanálise não apenas do material lexical em material gramatical, mas também dos padrões discursivos em padrões gramaticais. A passagem se daria, dessa maneira, no sentido do discurso para a manifestação zero, passando sucessivamente pela sintaxe, pela morfologia e pela morfofonêmica.

Ampliando ainda mais os limites dos fenômenos reconhecidos como pertencentes ao paradigma da gramaticalização, surgiram abordagens em que não há sequer a exigência do material lexical como ponto de partida do processo: Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) abrigam sob o termo gramaticalização tanto o percurso de um morfema do estatuto lexical

para o gramatical, como o percurso do estatuto menos gramatical para o mais gramatical<sup>11</sup>. Do mesmo modo, Lichtenberk (1991) afirma que o fenômeno abriga não apenas a evolução de um morfema lexical para um morfema gramatical, como também a aquisição de novas propriedades por um elemento já gramatical. Ainda Hopper (1991), rejeitando a noção de uma gramática estável, diz que todas as partes da gramática estão sempre sofrendo mudanças, e, por isso, os fenômenos gramaticais em geral podem ser pensados como envolvidos na gramaticalização.

Adota-se aqui a noção mais abrangente de gramaticalização, tomando como suporte a definição de Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), para quem a gramaticalização pode ser interpretada como o resultado de um processo que tem como principal meta a solução de um problema, ou seja, uma forma de encontrar meios para falar de coisas menos concretas, menos imediatas, menos visíveis, menos tocáveis. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) dizem que, na solução desse problema, conceitos mais concretos são utilizados na descrição de fenômenos menos concretos, de acordo com o que eles chamam de “principle of the exploration of old means for novel functions”. Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) postulam ainda que a gramaticalização opera principalmente por mecanismos de metáfora e que o processo de mudança metafórico é contínuo, e não discreto. Contudo, segundo Martelotta, Votre e Cezario (1996), não há, na literatura referente ao assunto, um total consenso em relação aos mecanismos que veiculam o processo de gramaticalização. Heine et alii (1991), por exemplo, falam em transferência metafórica. Lehmann (1991) aponta a importância da analogia no processo, sobretudo, como influenciadora do modo como ele vai se alastrando na língua.

Já em Hopper e Traugott (2003) vê-se uma tendência de considerar a transferência metonímica, e não a metafórica, e a reanálise, e não a analogia, os mecanismos que predominam maciçamente na mudança por gramaticalização. E Givón (1995), ao analisar o

---

<sup>11</sup> O estudo feito sobre o elemento *quod* presente nesta dissertação tem como base esta abordagem a respeito da gramaticalização, ou seja, o *quod* como item pronominal já é um termo gramatical, porém se torna ainda mais gramatical ao ser usado como conjunção.



grau de integração entre cláusulas, cita o processo de reanálise. Para Martelotta, Votre e Cezario (1996), com cujas propostas este trabalho concorda, não é adequado diminuir a importância da metáfora no processo. Segundo eles, a gramaticalização ocorre tanto por mecanismos de natureza metafórica quanto por de natureza metonímica: a metáfora constitui um processo unidirecional de abstratização crescente, pelo qual conceitos que estão próximos da experiência humana são utilizados para expressar aquilo que é mais abstrato e, conseqüentemente, mais difícil de ser definido. A metonímia diz respeito aos processos de mudança por contigüidade, no sentido de que são gerados no contexto sintático.

Um exemplo muito comum de gramaticalização via processo metafórico são as mudanças que fazem o percurso espaço > (tempo) > texto, em que elementos designativos de espaço passariam a ser usados como organizadores do universo discursivo, podendo, num estágio intermediário, expressar noção temporal. Já, em relação aos processos metonímicos, Martelotta, Votre e Cezario (1996) explicam ser necessário esclarecer-se que, tradicionalmente, o termo metonímia é usado para designar mudanças por contigüidade no mundo extralingüístico. Com essa acepção, a metonímia constitui um processo que, conforme Dubois et al. (1978), ocorre quando uma noção é designada por um termo diferente do que seria necessário, sendo as duas noções ligadas por uma relação de causa e efeito (a colheita pode designar o produto da colheita e não a própria ação de colher), por uma relação de matéria a objeto ou de continente a conteúdo (beber um copo), por uma relação da parte ao todo (uma vela no horizonte).

No que se refere ao paradigma da gramaticalização, porém, o termo metonímia relaciona-se a uma contigüidade posicional ou sintática, sendo empregado para designar um tipo de mudança a que se submete determinada forma em função do contexto lingüístico-pragmático em que está sendo utilizada. Ou seja, mudança não ocorre apenas com a forma em si, mas com toda a construção em que está inserida. Um dos mecanismos ligados ao processo

metonímico é o da reanálise. Martelotta, Votre e Cezario (1996) definem a reanálise como um mecanismo que atua no eixo sintagmático, caracterizando-se por uma reorganização da estrutura do enunciado, e uma reinterpretação dos elementos que o compõem. É o que ocorre, por exemplo, com o elemento *that* do inglês, que, de pronome catafórico, passa a conectivo, como mostra o exemplo:

(3) [I said that :] [John is coming.] > [I said] [that John is coming.]

De acordo com Hopper e Traugott (2003), o processo de fusão envolve sempre uma redistribuição (*rebracketing*), ou mais especificamente, uma mudança na indicação das fronteiras entre os elementos lingüísticos. Entretanto, nem todo processo de redistribuição implica fusão, conforme se acabou de observar no exemplo (3) proposto por Martelotta, Votre e Cezario (1996) envolvendo o elemento *that* em inglês.

Segundo os autores, ocorrem, nesse caso, dois fenômenos. Por um lado, o elemento *that* passou a ligar-se à segunda cláusula e, por outro, passou a desempenhar a função de conectivo. Essa reorganização do *that* na estrutura sintática caracteriza o que está sendo chamado de redistribuição, mas, apesar disso, não houve mudanças de fronteira vocabular, ou seja, não houve fusão<sup>12</sup>.

A reanálise é definida por Langacker (apud Hopper e Traugott: 2003) como uma mudança na estrutura de uma expressão que não envolve intrinsecamente uma modificação na sua estrutura superficial. Em muitos casos, a reanálise envolve fusão, ou seja, um processo em que dois ou mais elementos se tornam apenas um. Um exemplo conhecido em português está no surgimento do valor sufixal do vocábulo *mente* gerando em português: *tranqüila mente* > *tranqüilamente*.

---

<sup>12</sup> Fusão é o que ocorre, por exemplo, com *tranqüila mente* > *tranqüilamente*, ou *em boa hora* > *embora*.

A partir desse contexto teórico, vários trabalhos surgiram. Entre eles estão Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Traugott e Heine (1991), Hopper e Traugott (2003), além de outros mais recentes, que incorporam novas descobertas e reflexões no campo da mudança lingüística (Traugott: 1995; Tarbor e Traugott: 1998; Traugott e Dascher: 2002; Traugott: 2003; Heine: 2003; Lehman; 2005). Esses trabalhos estão baseados nos seguintes princípios:

- (i) A linguagem é um produto histórico, portanto, deve ser estudada, antes de tudo, com referência às forças históricas responsáveis por sua estrutura atual.
- (ii) As descobertas referentes a gramaticalização fornecem explicações mais compreensíveis do que as descobertas associadas a análises sincrônicas.
- (iii) O desenvolvimento de categorias gramaticais é unidirecional, levando do sentido concreto/lexical para o sentido abstrato/gramatical.

É importante registrar aqui que o termo gramaticalização pode ser usado com sentidos um pouco diferentes, que focalizam aspectos específicos do processo. Alguns autores utilizam o termo para designar um processo de regularização analógica (Votre, 1992). Outros usam o termo para se referir à forma gramatical, dizendo, por exemplo, que uma determinada língua “gramaticalizou” um caso dativo, querendo dizer que existe, nessa língua, uma forma gramatical para indicar esse caso. Há outros ainda que utilizam o termo para indicar o desenvolvimento não de um morfema específico, mas de um paradigma. Nesse caso, o interesse recai sobre o modo como os elementos lingüísticos se reagrupam em novos paradigmas. Jacob (2004) aponta, como um exemplo disso, a mudança na ordenação linear das palavras ocorridas do latim ao francês. No latim, a ordem das palavras obedecia a exigências da estrutura da informação, já que morfemas de caso indicavam a função sintática das palavras. Com o desaparecimento desses morfemas, a língua desenvolveu uma ordenação específica para diferenciar os argumentos do verbo. Nesse sentido, a especialização de uma

ordenação específica para a marcação sintática pode ser vista como um processo de gramaticalização.

Também em Traugott (2003) pode-se encontrar definições que corroborem a fixação de ordenação como um fenômeno característico do processo de gramaticalização. A autora lembra que em Meillet (1912) já se encontravam as bases para tal afirmação, pois ele, ao definir o fenômeno da gramaticalização engloba, a fixação da ordenação (ocorrido com línguas românicas, por exemplo) como um dos possíveis processos geradores de gramaticalização.

Uma outra definição que corrobora as já citadas, que ajuda a entender melhor a gramaticalização e traz um conceito novo (o conceito de hospedeiro), foi proposta por Brinton e Traugott (2005: 99), e que explicita assim este processo:

Gramaticalização é a mudança na qual, em certos contextos lingüísticos, os falantes usam partes de uma construção com uma função gramatical. Com o tempo, o item gramatical resultante pode-se tornar ainda mais gramatical por adquirir mais funções gramaticais e por expandir seu hospedeiro.

Este processo pode ser definido da seguinte forma:

- (1) gramaticalização é uma mudança histórica que resulta na produção de novos itens funcionais;
- (2) o *input* da gramaticalização pode ser algo armazenado no inventário, indo de combinações, construções, itens do léxico e itens da gramática. O *input* deve ser semanticamente mais geral;
- (3) o item gramaticalizado freqüentemente sofre mudanças na direção do pólo mais gramatical no *lexical-gramatical continuum*. A mudança é do menos gramatical para o mais gramatical na escala de gramaticalidade;

- (4) o *output* da gramaticalização é uma forma gramatical, isto é, funcional. Nos casos mais avançados, a forma fica sem conteúdo e mesmo sem referência, ou sem massa fônica, mas com significado (morfema zero);
- (5) o *output* da gramaticalização pode ser uma forma de diferentes tipos de complexidade;
- (6) a gramaticalização é gradual. Há estágios de gramaticalização;
- (7) a gramaticalização frequentemente envolve fusão fonológica com o hospedeiro;
- (8) Tipicamente envolve perda de significação concreta e literal e ganho de significados mais abstratos e gerais;
- (9) gramaticalização envolve expansão de hospedeiro, isto é, envolve aumento de *pattern and token productivity* ( aumento da frequência de tipo e de ocorrência).

Como já foi visto, a principal motivação para a gramaticalização é a comunicação. Para isso, uma estratégia possível é usar formas lingüísticas de sentido concreto, facilmente acessível e claramente delimitável, para expressar conceitos mais abstratos, mais dificilmente acessíveis e menos claramente delineáveis (léxico > função gramatical). De acordo com Heine (2003), a gramaticalização de uma expressão lingüística envolve quatro processos inter-relacionados:

- (1) Dessemantização (bleaching, redução semântica) – perda de conteúdo semântico.
- (2) Extensão (ou generalização de contextos) – uso em novos contextos.
- (3) Decategorização – perda de propriedades características das formas fonte, incluindo perda de status de forma independente (cliticização, afixação).
- (4) Erosão (ou redução fonética) – perda de substância fonética.

#### **4.2 Gramaticalização de conjunções**

O aparecimento do advérbio e conjunção *embora* enquadra-se num processo de gramaticalização. Como explica Paul Teyssier (2004), a origem desta palavra é a locução «em boa hora», porque antigamente se acreditava que para qualquer ação ou deslocação, e sobretudo para uma viagem, havia momentos propícios e outros desfavoráveis. Em vez de se empregar simplesmente o verbo ir-se, como em «vai-se», começou-se a dizer «vai-se em boa hora», dando depois origem ao advérbio *embora*. Note-se que também se recorria a «em hora má» para exprimir má vontade para com outrem, expressão que evoluiu para “eramá”, “ieramá” e “aramá”, frequentes em Gil Vicente (Said Ali, 1971: 189). A expressão «em boa hora» também exprimia uma ordem ou um desejo, como em «embora esteja cansado», que significava inicialmente «em boa hora esteja (ele) cansado», isto é, «é bom que ele esteja cansado». Mas é Said Ali (1971: 190) que dá magistralmente conta do processo de evolução semântica de *embora* como conjunção concessiva:

[...]a possibilidade do fato, ou que o indivíduo que fala não se opõe ao seu cumprimento. Da alteração semântica dão testemunho os seguintes passos:

Ria **embora**<sup>13</sup> quem quizer, que eu em meu siso estou (Gil Vicente) – Respondeu por vezes que morressem **muito embora**, que melhor era que morressem cá que no sertão, porque morriam baptizados (Vieira, **Cartas** 1, 118) – O que está mais longe perca-se **embora** (**ib.** 1, 463) – As promessas do premio dilatam-se **embora** (Vieira, **Serm.** 2, 395) – Honrem-se **embora** com essas arvores os seus montes, que os nossos valles não hão mister quem procure a sua exaltação (**ib.** 5, 360) – Mate-me **embora**, comtanto que seja imperador (**ib.** 5, 466) – Mas Francisco Xavier, venha-lhe **embora** a tentação dormindo, que dormindo e acordado, sempre está seguro (**ib.** 8, 104).

---

13

Negrito do autor.

Assim, ao se verificar a trajetória de gramaticalização do vocábulo *embora*, percebem-se claramente os quatro processos descritos por Heine sendo realizados. Quando os elementos que compunham o vocábulo *embora* deixaram de ser entendidos separadamente, ou seja, deixou-se de se entender a preposição *em* como elemento locativo, o adjetivo *boa* como um modificador de *hora* e o substantivo *hora* como sinônimo de momento, houve o processo de dessemantização, isto é, a perda de conteúdo semântico. Contudo não ocorrem só perdas durante o processo de gramaticalização, há também ganhos que são observados quando *embora* passa a ter um novo valor concessivo descrito por Said Ali. Nota-se aí o processo de extensão, ou seja, o uso de *embora* passou a ser usado em novos contextos com a função de conectivo. Ao fixar-se como uma forma cristalizada o vocábulo *embora*, os elementos nominais que compunham a expressão *em boa hora* perdem sua capacidade de se flexionar em número, este é o fenômeno chamado de decategorização, ou seja, a perda de propriedades características das formas fonte. Por fim, quando a expressão *em boa hora* se cristaliza gerando *embora* ocorre a supressão de elementos fonéticos, tal processo é denominado erosão.

### **4.3 Gramaticalização do *quod* propriamente dito**

A passagem do pronome relativo *quod* à conjunção nos fez pensar na teoria da gramaticalização. Para que tal processo se desencadeie é necessário que ele tenha sua frequência de uso aumentada e que estejam inter-relacionados com tal processo quatro importantes fenômenos descritos por Heine (1993) que são a dessemantização, a extensão, a decategorização e a erosão. Pode-se afirmar que os mesmos fenômenos transformaram o pronome em conjunção, o que caracteriza uma mudança em direção à gramática.

Será demonstrado aqui como esses fenômenos se realizaram, levando a funcionar como conectivo o pronome *quod*.

A dessemantização (redução semântica) ocorre quando o pronome *quod* perde sua capacidade referencial, ou seja, deixa de representar o nome<sup>14</sup>. Exemplos:

(4) *nihil erat, quod non ipse obiret.* (OC, III, 16)

neut. v. 3<sup>a</sup>s. indic. pron. neut. nom. v. 3<sup>a</sup>s. subj

nada haver que próprio executar

Trad.: Nada havia o que ele próprio não executasse.

(5) *Credo quod (...) praeter consuetudinem proxima nocte uigilarat.* ( OC, III, 5)

v. 1<sup>a</sup>s. indic. conj. prep. ac. s. ablat. sing v. 3<sup>a</sup>s. indic.

Crer que contra costume anterior noite vigiar

Trad.: Creio que (...) na noite anterior vigiara contra o seu costume.

Na primeira oração (exemplo 4), o pronome *quod* refere-se ao substantivo neutro *nihil*. Nessa oração o pronome relativo latino tem uma ordem mais livre dentro da sentença (como ocorre com o nome), pois ele carrega a desinência que indica a sua função, podendo, assim, aparecer em qualquer posição na sentença. Já na segunda oração, o *quod* não tem mais a capacidade referencial. Este fenômeno é que Heine chamou de dessemantização, visto que o item perdeu conteúdo semântico, funcionando, então, como conectivo.

---

<sup>14</sup> Segundo Ernout (1945), *quod* já funcionou como demonstrativo dêitico. Isso significa que provavelmente ele já teve a capacidade de referenciar algo no mundo real e não apenas anaforicamente. Isso seria parte do processo de dessemantização.



Com tal mudança o *quod* passa a ser usado em um novo contexto, contexto esse que foi o de conectivo introdutor de complementação verbal, que caracteriza fenômeno da extensão. Cabe aqui lembrar que este novo uso (o de conectivo) não apaga o uso mais antigo (o de pronome). Ambos permanecem na língua e esta convivência ratifica o conceito de *divergência* proposto por Hopper (1991), isto é, formas com a mesma etimologia desempenhando funções diferentes, sendo que a existência do novo uso não resulta no desaparecimento do uso original.

Esta extensão gerou um novo uso do *quod*. Neste novo uso, porém, *quod* não tem possibilidade de se flexionar, como tem seu uso original (sing. nomin. e acus. *quod*; ablat. *quo*; dat. *cui*; genit. *cuius*. Plural: nomin. e acus. *quae*; ablat. e dat. *quibus*; genit. *quorum*). Não tem liberdade sintática, ou seja, a possibilidade de se mover pela sentença, que tinha o uso original, devendo vir agora logo após o verbo da cláusula principal, conforme visto no exemplo (5). Não tem a possibilidade de sofrer morfologia derivacional, como ocorre com o *quod* relativo, que por processo de sufixação, gera a forma *quodcumque* (todo aquele que). A este mecanismo, pelo qual o item em processo de gramaticalização perde propriedades morfossintáticas de seu uso original, dá-se o nome de decategorização.

Com a perda da possibilidade de se mover dentro da sentença, o uso de *quod* fica mais previsível, sendo assim o falante demanda menos atenção na hora de pronunciá-lo, não emitindo, por isso, todos os fonemas, causando desta forma uma perda de substância fonética chamada erosão.

Para tratar da gramaticalização do *quod* é preciso ter em mente o conceito de *camada* (Hopper 1991), que se refere ao fato de que as línguas freqüentemente possuem mais de uma forma para desempenhar funções idênticas e que o surgimento de uma nova forma não resulta no desaparecimento da forma existente.

No latim do século IV a.C. até o século III d.C., a conjunção integrante por excelência era o *ut*. A partir do século II a.C., o pronome relativo *quod* vai aos poucos se gramaticalizando e assumindo também o valor de conjunção. Por isso, encontram-se nesta sincronia duas estruturas de sentenças subordinadas diferentes. Cabe aqui uma ressalva, o século I a.C. foi considerado o século de ouro da língua literária latina, sendo este modo de linguagem literária modelo de pureza para os homens cultos posteriores. Dito isto, explica-se o fato de se encontrar *ut* no lugar de *quod* o qual, em determinadas sincronias posteriores, já era a forma corrente. Lembra-se ainda que, antes da mudança pela qual o *quod* passou para se tornar um conectivo, havia em latim o processo hipotático com o conectivo *ut* e a subordinação representada pela construção de infinitivo com acusativo.

Define-se aqui hipotaxe e subordinação, de acordo com Hopper e Traugott (2003), sendo hipotaxe a cláusula que não pode ficar sozinha e que é, por consequência, relativamente dependente, mas que não se inclui completamente em qualquer constituinte do núcleo. Já subordinação a cláusula de maior encaixamento estrutural com a principal. O acusativo com infinitivo é uma oração subordinada substantiva reduzida de infinitivo, introduzida sem conectivo, cujo verbo vem no infinitivo presente, perfeito ou futuro e seu sujeito em acusativo. As subordinadas reduzidas, segundo Givón (1990) são as que apresentam maior dependência e mais altos níveis de gramaticalização. Exemplo:

(6) *Iam intelleges multo me uigilare acrius ad salutem... reipublicae.* (OC. I, 4)

Adv. v. 2<sup>as</sup>.    adv. ac.suj.    inf.    adv.    prep. ac.    gen.

agora entender    muito eu vigiar mais energicamente para salvação republica.

Trad.: Agora entenderás que eu vigio mais energicamente para salvação da república.

Em uma sincronia mais antiga, teoricamente haveria apenas a construção com *ut*, em seguida teria surgido a construção de infinitivo com acusativo, na qual as cláusulas estão mais encaixadas, e por último a construção com *quod*, na qual a cláusula subordinada tem uma maior liberdade. Pode-se pensar nesta trajetória, já que no século I a.C. tanto a construção com *ut* como a de infinitivo com acusativo concorriam como complemento de verbos de várias categorias, enquanto a construção com *quod* era bem mais limitada em relação aos tipos de verbos que podia complementar. Ora, se a complementação com *quod* fosse mais antiga do que as outras nas sincronias mais remotas do latim ela teria uma distribuição e complementação verbal maior, o que segundo Ernout e Thomas<sup>15</sup> não ocorre. Acrescenta-se que nos textos analisados para este trabalho isto só está presente nas sincronias mais recentes do latim cristão.

O infinitivo com sujeito em acusativo assim como a construção com *ut* são usados com verbos:

- a) que exprimem uma declaração, chamados *uerba dicendi* ou *declarandi* como: *dico* (digo), *nego* (nego), *narro* (narro), *fateor* (confesso), *afirmo* (afirmo), *nuntio* (anuncio), *scribo* (escrevo), *credo* (creio), *puto* (julgo), *iudico* (julgo), *existimo* (penso), *censeo* (declaro), *arbitror* (julgo);

(7) *Legati dixerunt reliquos omnes Belgas in armis esse.* (BG. II, 3).

nom. pl. v. 3<sup>a</sup>pl. ind. ac.pl (suj. da cláus. sub.) abl.pl inf.

embaixador dizer restante todo belga em arma ser/estar

Trad.: Os embaixadores disseram que todos os Belgas restantes estavam em armas.

<sup>15</sup> Na obra *Syntaxe Latine*, Ernout e Thomas afirmam que antes da construção com *ut* prevalecia a parataxe e que ainda há vestígios desse antigo estágio da língua. Os autores citam como exemplo a seguinte oração de Cícero “*Volo etiam exquiras*” (*uolo* – quero), (*etiam* - também), (*exquiras* – perguntas); Tradução: também quero que me interroguem. Esta oração, segundo os referidos latinistas, poderia ser formulada assim “*Volo etiam ut exquiras*”.

(8) *Vereor ut hoc, quod dicam...* (PM, 12)

v. 1<sup>a</sup>s. ind. conec. ac. s. relat. v. 1<sup>a</sup>s. ind.

confessar que isto, que dizer

Trad.: Confesso que isto que direi...

b) que exprimem um sentimento, chamados *uerba sentiendi* como: *sentio* (sinto), *audio* (ouço), *uideo* (vejo), *animaduerto* (observo);

(9) *Video duas adhuc esse sententias, unam D. Silani, alteram C. Caesaris.* (OC IV, 7).

v. 1<sup>a</sup> s. ac. adv. inf. ac. pl ac. gen. ac. gen.

ver duas agora ser sentenças uma Silano outra César

Trad.: Vejo que agora há duas sentenças, a primeira de Silano, outra de César.

(10) *Sed cum uiderem... ut erat meritis, morte multassem* (OC, 4)

adv. conj. v. 1<sup>a</sup>s. subj conj. v. 3<sup>a</sup>s. indic. nom. ablat. 1<sup>a</sup>s. subj.

mas como ver que ser certo morte punir

Trad.: Mas como eu via que era certo, que punisse com a morte.

c) que significam jurar, prometer como: *iuro* (juro), *minor* (ameaço), *polliceor* (prometo), *spero* (espero), *expecto* (estou na expectativa);

(11) ... *paulo ante lucem me in meo lectulo interfecturos pollicerentur.* (OC IV, 10)

adv. prep ac. ac. suj abl. s. ac. pl v. 3<sup>a</sup>pl. subj.

pouco antes luz eu meu leito ser morto prometer

Trad.: ... prometeram que eu seria morto em meu leito pouco antes de amanhecer.

(12) ...*et hortamur et obsecramus ut uitae tuae et saluti consulas* ( PM, 32)

v. 1ª pl.          v. 1ª pl.    conec.    dat. s.                          v. 2ªs. subj

exortar          suplicar    que    tua vida    salvação    cuidar

Trad.: Não só exortamos, mas também suplicamos que cuides da tua vida e de tua salvação.

d) que significam saber, aprender como: *scio* (sei), *nescio* (não sei), *ignoro* (ignoro),  
*ostendo* (exponho), *demonstro* (demonstro), *disco* (aprendo), *intellego* (entendo),  
*doceo* (ensino);

(13) *Iam intelleges multo me uigilare acrius ad salutem... reipublicae.* (OC. I, 4)

adv.   v. 2ªs.    adv   ac.suj. inf.    adv.                          prep. ac.    gen.

agora entender    muito    eu vigiar    mais energicamente    para salvação    república.

Trad.: Agora entenderás que eu vigio mais energicamente para salvação da república.

(14) *non ignorabant quondam senatus populusque Romanus*

adv.   v. 3ªpl. ind.    adv.          nom.          nom.          nom.

não    ignorar    outrora    senado    povo    romano

*ut republica tutoranda sit.* (PMR, 29)

conj.    nom.                  adj. verbal em nom.

que    república    deve ser defendida

Trad: Não ignoravam outrora o senado e povo romano que a república devesse ser defendida.

e) que exprimam vontade, chamados *uerba uoluntatis* como: *uolo* (quero), *nolo* (não quero), *malo* (prefero), *cupio* (desejo), *postulo* (postulo);

(15) *cum illum exterminare urbem uolebam* (OC, III, 3)

conj. temp. ac. obj. infn. ac. suj. v. 1ª s. ind.

Quando o exterminar cidade querer

Trad.: Quando eu quis que a cidade o exterminasse.

(16) ... *postulabat ut ad salutem omnium id esset.* ( PM.21)

v. 3ªs. ind. conc. prep. ac. sing. gen. nom. v. 3ª s. subj.

postular que salvação todos isso ser

Trad.: ... julgava que isso fosse para salvação de todos.

f) Unipessoais e construções unipessoais como: *apparet* (é evidente), *oportet* (é necessário), *restat* (resta); *credibile est* (é crível), *certum est* (é certo) etc.

(17) *Ad mortem te, Catilina, duci iussu consulis iampridam oportebat.* (OC. I, 1).

prep. ac. suj. vocat. v. inf. abl. gen. adv. v. 3ªs. indic.

à morte tu Catilina ser conduzido ordem cônsul há muito tempo ser necessário

Trad.: Já há muito tempo era preciso, Catilina, que tu fosses conduzido à morte pela ordem do cônsul.

(18) ... *restat ut omnes unum uelint.* (PM, 32)

v. 3ªs. conec. pron. nom. ac. v. 3ªpl. subj.

restar que todo um só querer

Trad.: Resta que todos querem um só.

Enquanto a estrutura com *quod* só aparecia com verbos que refletiam um baixo comprometimento do falante/escritor, como unipessoais e construções unipessoais:

(19) *reliquit quod is iam patri debitus a filio petebatur.* (PMR,15)

v. 3<sup>a</sup>s.ind. conj. nom. adv. dat. nom. prep. abl. v.3<sup>a</sup>s. ind.

deixar ficar que este agora pai débito por filho pedir

Trad: deixou que hoje este débito ao pai fosse pedido pelo filho.

(20) *Opus erat quod Caesar ad portum Itium cum legionibus peruenit.* (BG, III, 4)

constr. unip. conj. nom. prep. ac. ac. prep. abl. v. 3<sup>a</sup>s. ind.

preciso é que César para porto Ício com a legião chegar

Trad: Era preciso que César chegasse ao porto de Ício com as legiões.

No exemplo (19), *quod* está introduzindo uma oração subordinada cujo verbo da cláusula principal é unipessoal (*reliquit*); já no exemplo (20) *quod* introduz uma cláusula cuja oração principal é formada pela construção unipessoal *Opus erat*.

À primeira vista a construção com *quod* contraria a teoria funcionalista, já que ela dá maior liberdade à oração subordinada que assim se realiza com mais característica de oração plena, quando já havia uma construção bem mais encaixada/integrada (acusativo com infinitivo), pois parece que contraria o ciclo funcional proposto por Givón, discurso > sintaxe > morfologia > morfofonêmica > zero, contudo tal fato não acontece, o que ocorre é uma renovação estrutural da oração subordinada fazendo recomeçar este ciclo.

Segundo a proposta de Givón, as regularidades da gramática surgem no discurso e são conseqüentes de um processo progressivo de diminuição de escopo, fixação, perda de massa fônica. As línguas, em termos universais, demonstram em seus elementos essa

evolução em direção a formas mais compactas e mais fixas, motivada por fatores cognitivos e comunicativos e, principalmente, pela frequência de uso.

A origem do processo teria, pois, uma motivação pragmático-discursiva, por isso, alguns autores postulam estágios ou etapas da gramaticalização como o ciclo funcional de Givón. O esquema do autor busca representar os processos de regularização do uso da língua em termos diacrônicos.

Em princípio, itens lexicais/construções começam a ser utilizados por alguma motivação no discurso e, embora possam ter determinada função gramatical, seu uso não é sistemático e fixo. Por conta da sua repetição, tal forma ou construção torna-se mais regular com determinada estruturação sintático-morfológica. O item/construção se cristaliza morfológicamente, perdendo paulatinamente sua variabilidade sintagmática: sua ordem torna-se mais rígida, não podendo, por exemplo, sofrer inversão ou intercalação de elementos (morfológia). Por conta da frequência de uso pode ainda sofrer algum tipo de alteração fonológica (erosão) e desaparecer. Caso atinja ao zero, outro item ou construção é recrutado para substituí-lo formal e funcionalmente, recomeçando o ciclo funcional. Há outras perspectivas semelhantes como é o caso dos diferentes estágios de gramaticalização: sintaticização → morfologização → redução fonológica → estágio zero (reinstauração de todo o processo).

Como modelo desse processo de gramaticalização temos a formação do futuro em português e em outras línguas neolatinas. O exemplo apresentado se configura como um clássico caso de gramaticalização, pois se trata de uma forma verbal (verbo auxiliar *habere* latino) que se transforma em mero morfema de tempo futuro.

A estrutura analítica constituída por verbo no infinitivo seguida pelo verbo *habere*, *amare habeo*, no latim clássico, queria dizer “tenho de cantar” ou “tenho vontade/desejo de cantar”. Essa combinação se estabeleceu como uma locução volitiva, focalizando, do



presente, a vontade que uma ocorrência se desse. No latim vulgar, tal estrutura tornou-se o modo de expressar o tempo futuro. Isso ocorreu em diversas línguas românicas: o “ei” no final do português “amarei” e o “ò” do italiano “amarò” são resquícios do *habeo* absorvido pela nova forma verbal.

Coexistindo com o futuro sintético latino (*amabo*), apesar de ser empregado com uma acepção semântica específica, sua eventualidade discursiva permitia maior liberdade sintática (*habeo amare*) e intercalação de elementos (*amare (te) habeo*). Ao tornar-se mais freqüente, a estrutura sofreu enfraquecimento de sua força semântica, se cristalizou, sofrendo a aglutinação dos dois vocábulos a partir de uma redução fonética violentíssima da forma *habere*. O ponto de partida foi a síncope da /b/ intervocálica e pelo contato das vogais em hiato houve assimilação, ditongação e(ou) contração: (*amare*) *habeo* > a(b)eo > \*aio > \*eio > ei. Um outro dado importante refere-se aos resquícios nas formas gramaticalizadas de antigos estágios da língua (ou persistências formais). No caso da formação desses novos futuros sintéticos, seja do presente, *amarei*, ou do pretérito, *amaria*, tem-se como “regra” o emprego de pronome oblíquo mesoclítico. Na realidade, os únicos tempos que admitem mesóclise são esses dois tempos verbais originados de antigas formas perifrásticas. A mesóclise, já em desuso no português falado e até escrito, poderia ser considerada um resquício do antigo futuro analítico constituído de infinitivo + *habere*. O pronome ocorre justamente entre o “suposto” infinitivo e o verbo auxiliar: encontrar-te-ei, paga-lo-ia, etc.

Acredita-se que o pronome relativo *quod* passou pelos processos sofrido pela formação de futuro. Na verdade, num dado momento da trajetória da língua os falantes devem ter sentido a necessidade de maior clareza comunicativa, pois muitas vezes a construção de acusativo com infinitivo se tornava ambígua, principalmente, quando o verbo da oração infinitiva era transitivo direto e por isso, pedia um acusativo como complemento, assim a oração subordinada era constituída por dois acusativos um exercendo a função de sujeito e

outro exercendo o papel de objeto. A ambigüidade consistia em saber quem era o vocábulo sujeito e quem era o vocábulo objeto, e por vezes só um contexto muito amplo poderia desfazer essa dúvida, como se nota no exemplo (15) que ora repete-se abaixo:

*cum illum exterminare urbem uolebam* (OC, III, 3)

conj. temp. ac. obj. infn. ac. suj. v.1ª s. ind.

Quando o exterminar cidade querer

Trad.: Quando eu queria que a cidade o exterminasse.

Neste exemplo, percebe-se que o ouvinte/leitor necessita de outras informações, além das fornecidas pela estrutura oracional. Ele precisa saber que a vontade de Cícero, expressa pelo verbo *uolebam* na primeira pessoa, era de que a cidade (*urbem*) destruísse Catilina (*illum*), assim o ouvinte/leitor poderia saber que o vocábulo *urbem* é sujeito e o vocábulo *illum* é objeto, evitando desta forma entender o contrário do que foi proposto pelo autor, ou seja, que *illum* é o sujeito e que *urbem* é o objeto, mudando o sentido da frase, que passaria a ser entendida assim:

Trad.: Quando eu queria que ele exterminasse a cidade.

Devido a grande polissemia do *ut*, a construção com esta conjunção também gerava grande ambigüidade, já que podendo expressar muitos sentidos adverbiais e podendo também como integrante apenas unir duas orações, esta forma tornou-se corriqueira perdendo expressividade (fenômeno da marcação, que será mais detalhado no capítulo 4, mais precisamente no sub-capítulo 4.5); por isso, os falantes tiveram de recorrer à criatividade buscando uma forma já existente na língua para solucionar esse problema.

*Vt*<sup>16</sup> era a conjunção latina por excelência no século I a.C., podia introduzir orações subordinadas substantivas e orações adverbiais (temporais, finais, consecutivas, comparativa, condicionais), mostrando assim uma grande polissemia, tornando-se uma forma não-marcada, portanto perde a sua capacidade expressiva, podendo deixar a mensagem ambígua, não cumprindo assim o papel da linguagem que é de informar. Ver-se-á a seguir exemplos que comprovam a polissemia do *ut*:

(21) *restat ut omnes unum uelint.* (PM, 32)

v. 3<sup>a</sup>s. conj. pron.nom. ac v. 3<sup>a</sup>pl.pres.subj

restar que todos um querer

Trad.: Resta que todos querem um só.

(22) *Metellus ... tanta diligentia fuit ut ad L. Lentulum praetorem*

nom. abl. abl. v. 3<sup>a</sup> conj. prep. ac.s.

Metelo tamanha diligência ser que com Lentulo pretor

*et ad iudices uenerit.* (PA, 9)

conj. prep. ac.pl. v.3<sup>a</sup>s.

e com juízes vir

Trad.: Metelo foi de tamanha diligência que veio a ter com o pretor Lentulo e com os juízes.

(23) *Atque ut id libentius faciatis, iam me uobis indicabo.* (PA, 28)

conj. conj. pron.ac adv. v.2<sup>a</sup>pl. adv pron.ac pron.dat v.1<sup>a</sup>s.

e para que isso livremente fazer agora me a vós denunciar

Trad.: Para que possais fazer isso mais livremente, denunciar-me-ei a vós agora.

<sup>16</sup> Em latim, o caracter *V* simboliza o *u* maiúsculo.

(24) *Dico ut palam loqueris.* (PA, 9)

v. 1<sup>a</sup> s. ind. conj adv. v. 2<sup>as</sup>.

dizer (para)que abertamente falar

Trad.: Digo (para) que fales abertamente.

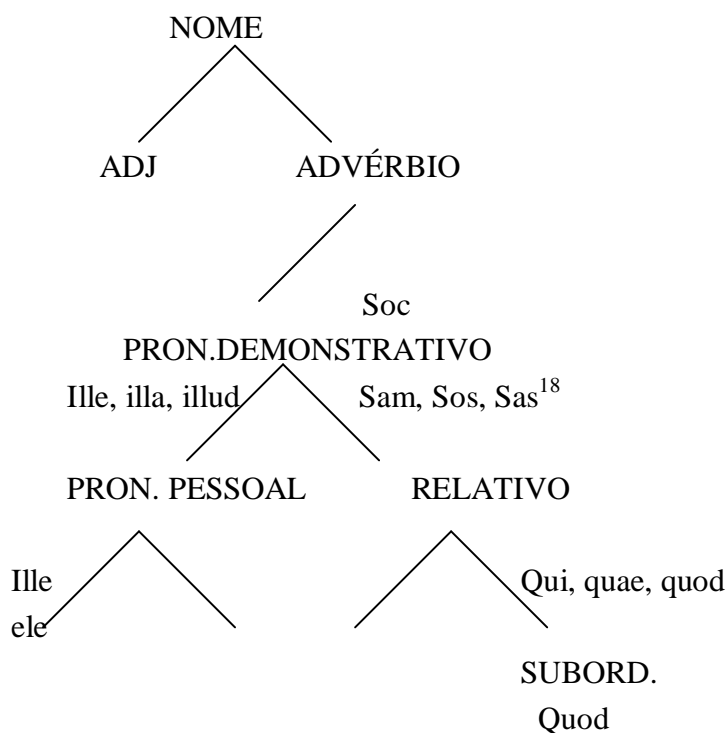
No exemplo (21), *ut* funciona como conjunção integrante, introduzindo uma oração substantiva subjetiva. No exemplo seguinte (22) *ut* funciona como conjunção subordinada adverbial, introduzindo uma oração consecutiva. Já no exemplo (23), introduz uma oração adverbial final. Por fim no exemplo (24), por causa de seus múltiplos valores, *ut* deixa a cláusula subordinada ambígua, podendo tanto assumir o valor de objeto direto da oração principal, portanto a cláusula subordinada seria substantiva, quanto poderia ter um valor final, portanto a cláusula subordinada seria adverbial.

Foi este ambiente que se acredita ter propiciado o surgimento de um novo conectivo subordinador que desfizesse a ambigüidade entre os dois valores possíveis com a conjunção *ut*. E esta nova forma não aparece de forma arbitrária, mas é encontrada na própria língua que procura, em sua estrutura, alguma forma que deixe a cláusula mais clara. Uma das maneiras de se conceber o modo como se dá a polissemia de um elemento lingüístico identifica-se com a teoria da gramaticalização, que propõe a existência de trajetórias unidirecionais de mudança. Essa visão de mudança envolve uma seqüência em que a existência de um valor implica a ocorrência anterior de outro, que, por alguma motivação, é selecionado para tal função, quer seja para satisfazer necessidades comunicativas quer seja para suprir a ausência de designações lingüísticas para determinados conteúdos. Dessa forma a gramaticalização é interpretada como um processo diacrônico e um contínuo sincrônico.

O latim selecionou o pronome relativo *quod* para satisfazer as necessidades comunicativas que o *ut* não conseguia mais, o *quod* passou a funcionar como conjunção

integrante, pois como um relativo que advém de um pronome demonstrativo (e as vezes é usado como tal<sup>17</sup>, é a permanência do antigo sentido) tem um grande valor espacial, e é comum elementos de valor espacial assumirem funções típicas de conjunções. Segundo Martelotta (2003), na base desse processo está o fato de que a expressão de dados espaciais é mais elementar e concreta do que a indicação das relações textuais.

Para demonstrar a trajetória de gramaticalização do *quod* foi usado neste trabalho um diagrama que demonstra a unidirecionalidade do processo de gramaticalização proposto por Heine (2007):



Conforme propõe este diagrama, o processo de gramaticalização começa com o nome<sup>19</sup> (que se desconhece qual seja) que dá origem a um advérbio. O advérbio *soc*, que em

<sup>17</sup> Ainda no latim clássico, os relativos por vezes assumiam um valor demonstrativo como evidencia a expressão de Cícero: *Quae cum ita sint* – como **estas coisas** sejam assim. Nesta expressão, o autor das *Catilinárias* usou o relativo neutro plural (*quae*) no lugar do demonstrativo (*haec*).

<sup>18</sup> Segundo Ernout, em seu livro *Morphologie historique du Latin*( pág.145), este demonstrativo foi comprovado por Festus que cita os versos de Ênio : *In somnis uidit, priusquam sam discere coepit*.

latim clássico aparece sob a forma *sic* (assim, desta forma), dá origem ao demonstrativo<sup>20</sup>. O demonstrativo dá origem ao relativo *qui* (masculino), *quae* (feminino), *quod* (neutro). O relativo neutro dá origem ao conectivo subordinador *quod*.

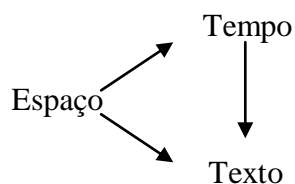
O ambiente lingüístico que proporciona o uso de um relativo como conectivo subordinador está no contexto em que *quod* (pronome relativo), portanto deveria ter referente, é usado sem antecedente. Como exposto no exemplo abaixo:

25) *facultatem mihi oblatam putavi quod erat difficillimum* (OC, III, 4)

ac.	dat.	partic. ac.	v. 1 <sup>a</sup> s. indic.	pron. rel.	v. 3 <sup>a</sup> s.	adj. nom. n.
ocasião	me	dar	julgar	aquilo que	ser	difícilimo

Trad: Julguei que me fora dada a ocasião, fato que era difícilimo.

Este ambiente no qual *quod* com um valor espacial complementa o verbo *putavi* motiva seu uso como conjunção integrante. Este uso confirma um outro esquema proposto por Heine no qual demonstra que a organização espaciotemporal do mundo físico é usada analogicamente para caracterizar o universo mais abstrato do texto. Assim, o relativo neutro com forte valor dêitico, tanto que por vezes substitui o demonstrativo, passa a ser usado com valor textual como demonstra o diagrama:



<sup>19</sup> Embora não se saiba qual nome está na base original da gramaticalização do *quod* é fácil demonstrar que nomes geram advérbio em latim, basta observar o advérbio *guttatim* (gota a gota) que deriva do substantivo *gutta*.

<sup>20</sup> Também segundo Ernout o relativo provém deste tema em *so* que originou o advérbio *soc*.

Este esquema representa uma trajetória unidirecional de mudança, muito comum nas línguas humanas. Nele encontra-se, como já foi informado acima, um relativo neutro com forte valor dêitico *quod* (aquilo que) que passa a exercer funções típicas de conjunções, tendo ou não apresentado um valor intermediário de tempo (no caso da trajetória específica do *quod* não se verificou o valor temporal), donde surge *quod* com valor textual (que). Desta forma se deu, teoricamente, a gramaticalização do *quod*.

Martelotta (1994) apresenta vários exemplos desse tipo de gramaticalização como é o caso da conjunção, *todavia*, derivada do latim, *tuta via*, que mesmo não envolvendo nenhum elemento dêitico, enquadra-se neste tipo de trajetória de mudança espaço > (tempo) > texto.

A expressão *tuta via*, inicialmente, expressava uma idéia espacial, como se pode observar na palavra *via*, que, segundo Faria (1975), significava em latim “via, estrada, caminho, rua”. Posteriormente, o termo estende-se do domínio conceptual de espaço para o de tempo, passando a significar, no português arcaico, *constantemente*, *sempre*, assumindo valor de concomitância temporal. No último estágio da gramaticalização passa a ter um valor contrastivo, funcionando como conjunção adversativa de uso corrente no português atual. No caso de *tutavia*, assim como no caso de *logo* (proveniente do latim *locu* = lugar), que atualmente apresenta valor de advérbio de tempo e de conjunção conclusiva, não há uma origem dêitica. Entretanto, Martelotta (1994) apresenta vários casos de gramaticalização espaço > (tempo) > texto, em que, a exemplo do que ocorre com *quod*, pode-se observar essa origem dêitica.

Entre esses casos, está o elemento *então*, proveniente de *in* + *tunc*. Por sua vez, o elemento *tunc* é formado de *tum* + *ce*, sendo que esse elemento *ce*, de acordo com Martelotta (1994:136):

é uma partícula ‘epidêitica’ demonstrativa comum nas línguas itálicas, que se liga normalmente a pronomes demonstrativos como *hic(e)* (este) e *illic(e)* (aquele), ou a advérbios tirados de temas

demonstrativos, como *sic(e)* (assim), *tunc(e)* (então) e *nunc(e)* (agora).

Ainda segundo Martelotta (1994), a base demonstrativa de *tum* estaria ligada ao fato de esse elemento derivar da raiz do grego antigo *te*, que também está presente em outros intensificadores correlativos latinos como *talis*, *tantus*, *tot* e *tam*<sup>21</sup>, assim como nos demonstrativos *iste*, *ista*, *istud*, que, basicamente, significam esse, essa, isso. Por causa dessa origem demonstrativa (que remete a dados espaciais) do elemento *tum* é que se explica o valor anafórico, que este elemento apresenta até hoje, ou seja, estes valores persistem no vocábulo *então*, que apesar de assumir novos valores por causa da gramaticalização, valores estes +concretos, mantém traços dos antigos valores. Ao se fazer este estudo histórico do elemento *então*, percebe-se com facilidade sua trajetória de elemento espacial, valor intrínseco ao elemento *te*, para temporal, valor encontrado na partícula *tum* (naquele tempo) e de temporal para textual, valor encontrado na conjunção conclusiva *então* do português.

A trajetória de gramaticalização da partícula *quod* se enquadra na gramaticalização do tipo espaço > (tempo) > texto. O que temos nessa escala é uma trajetória unidirecional do tipo + concreto >- concreto, na qual um elemento espacial externo (geralmente dêitico) vai se distanciando do seu valor mais concreto e passa a assumir funções referentes à organização textual, podendo, intermediariamente, expressar uma noção temporal ou não. Este tipo desse processo, comum a várias línguas, é a transformação de elementos adverbiais de valor espacial em conjunções. Tal mudança é considerada uma extensão analógica da organização espacial para a organização do universo textual (Heine, Claudi e Hünemeyer, 1991).

Segundo Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), esse processo é eminentemente metafórico e está presente na função anafórica do pronome *quod*, quando ele faz referência a um elemento já mencionado na oração principal. As funções anafóricas ou catafóricas

---

<sup>21</sup> Esses intensificadores geraram, além de **então**, vários outros conectores em português, como **por tal que**, **tal qual**, **entretanto**, **no entanto**, **tanto que**, o arcaico **entanto**, etc.



mostram que o falante usa o mesmo padrão de organização espaço-temporal do mundo concreto para organizar o mundo abstrato do texto.

Na evolução da língua latina, somente *quod*, a forma neutra do pronome relativo indefinido, entre outras formas (*qui e quae*) de pronomes relativos, tende a se especializar como um subordinador geral não-flexionado, perdendo suas características sintático-semânticas originais. Mostra-se aqui que o caminho para essa especialização passa pela supressão do pronome demonstrativo catafórico na oração principal. Quando o correlativo de *quod* é suprimido, a tendência é a perda de suas características morfossintáticas, uma vez que já não há antecedente formal na oração principal com o qual ele tenha de concordar. *Quod* perde, assim, suas marcas morfossintáticas - caso e concordância de gênero com o antecedente, passando por uma descategorização. Torna-se uma forma gramatical restrita e, funcionando como conjunção integrante, sofre uma redução semântica, perde seu referente e, dessa forma, o seu conteúdo lexical; tal processo é caracterizado como *dessemantização*. Tornando-se conjunção, *quod*, perde a liberdade sintática inerente ao pronome rela<sup>22</sup>ivo. Agora será descrita a trajetória diacrônica em que essa gramaticalização ocorreu.

*Vt*, a forma mais geral, vai perdendo espaço para a forma *quod*, nos séculos III e II a.C. Os autores Plauto e Terêncio usam *quod* apenas com verbos unipessoais como *accidere* (acontecer, ocorrer). Já no séc. I a.C. o uso de *quod* se estende, podendo este vir com alguns outros verbos como *mittere* (enviar), *praeterire* (preterir, omitir), *addere* (acrescentar), *accedere* (acrescer), *euenire* (suceder), *fieri* (ser possível).

Convém lembrar que ao lado de *quod* estes verbos poderiam vir também com *ut*, tendo como principal diferença o tempo verbal da cláusula subordinada que quando a oração é

---

<sup>22</sup> No livro *Gramaticalização* (2004), Cezario propõe uma escala de graus de integração de cláusula na qual a autora defende que a cláusula subordinada que tem seu verbo no indicativo é mais independente do que a cláusula subordinada que tem seu verbo no subjuntivo. Deste modo, concordando com a autora pode-se afirmar que a cláusula com *ut* é mais independente (ou menos integrada) do que a cláusula com *quod*.

introduzida por *ut* vem no subjuntivo e quando introduzida por *quod* vem no indicativo.

Conforme demonstra os exemplos abaixo:

(26) *His rebus fiebat ut minus uagarentur.* (BG. I, 2)

abl. pl      v. 3<sup>as</sup>.    que    adv.      v. 3<sup>as</sup>. subj.

Estas coisas    acontecer      menos    espalhar-se

Trad. Por estas coisas acontecia que se espalhassem menos.

(27) *Caesar Allobrogibus imperavit ut iis frumenti copiam facerent.* (BG I,18)

nom.    dat. pl      v.3<sup>as</sup>. indic. conj    pron.    gen.      ac.    v. 3<sup>a</sup>pl. subj

César    alóbrogos      ordenar    que lhes    trigo    porção    fornecer

Trad. César ordenou ao alóbrogos que lhes fornecessem uma porção de trigo.

(28) *Accidit quod est luna plena.* (BG. IV, 29)

v. 3<sup>a</sup> s. ind.    conj    pres.indic      nom. s.

acontecer    que    estar      lua cheia.

Trad. Acontece que a lua está cheia.

(29) ... *accedit quod per fines Sequanorum traduxit.* (BG. I)

v. 3<sup>as</sup>. ind.    conj.    loc.adv      gen.      v. 3<sup>as</sup>. indic.

somar      que    por territórios sequanos      atravessar

Trad. Soma-se que ele atravessou pelo território dos sequanos.

Percebe-se, nestes exemplos, que a cláusula subordinada com *ut* é mais integrada, pois tem o seu verbo no subjuntivo (exemplo 27), ao contrário da cláusula com *quod*

(conforme exemplos 28 e 29) que tem o seu verbo no indicativo. De acordo com a análise proposta por Cezario (2004), a integração é entendida como a incorporação ou a fusão dos elementos morfossintáticos e semânticos de duas cláusulas. Teoricamente isto ocorre pelo fato da cláusula subordinada com *quod* ser mais recente na língua. Ver-se-á que com o passar dos anos aumentará o grau de integração podendo a cláusula subordinada com *quod* vir também no subjuntivo, aliás, esta construção será preponderante.

No século IV d.C. no latim corrente, *quod* já superou *ut* em seu campo de uso, sendo aquela conjunção subordinada agora a mais geral e esta restrita a alguns verbos. Mais uma vez é preciso lembrar que há autores que imitam os escritores clássicos e, portanto, torna-se difícil ter-se uma percepção mais apropriada da língua corrente da época por meio dos escritos desses autores arcaizantes, mas por outro lado sobejam autores, principalmente, os apologetas cristãos em que se acentua a interferência da língua corrente, ficando claro quais eram as construções de sua época. Nos livros I, II, III e IV do *De Bello Gallico*, de César, das orações subordinadas substantivas desenvolvidas, foram encontradas 9 (nove) introduzidas por *quod* e 28 (vinte e oito) por *ut*, mostrando que o uso de *ut* era bem mais geral, já que cerca de 85% das orações são introduzidas por esta conjunção e apenas 15% pela conjunção *quod*. Vê-se também nestes exemplos que a conjunção *ut* está ligada a verbos declarativos, sensitivos, volitivos e unipessoais, já a conjunção *quod* apenas aos unipessoais.

Estudado o Evangelho de Mateus, de Marcos e de Lucas da tradução da bíblia para o latim conhecida como *Vulgata* de São Jerônimo (século IV a.C.) foram encontradas 32 (trinta e duas) orações subordinadas substantivas desenvolvidas introduzidas por *quod* e nenhuma por *ut*. Cabe lembrar que a *Vulgata* foi escrita em linguagem popular, daí a sua importância na verificação do uso que *quod* como a principal conjunção integrante. Como se pode constatar nos exemplos que seguem:

(30) *Et cum audissent principes sacerdotum et pharisaei parábolas eius,*

conj. conj. v. 3<sup>a</sup>pl. subj. nom. pl gen. nom.pl ac. gen.

e como ouvir principais sacerdotes fariseus parábolas sua

*cognouerunt quod de ipsis diceret.* (Mt 21, 45)

v. 3<sup>a</sup> pl.ind. conj. abl. v. 3<sup>a</sup>s.subj

entender que próprio falar

Trad. E como os principais sacerdotes e os fariseus ouviram suas parábolas entenderam que

(Jesus) falava deles próprios.

(31) *Sciebat enim quod per inuidiam tradidissent eum.* (Mt 27, 18)

v. 3<sup>a</sup>s. indic. conj. conj. prep. ac. v. 3<sup>a</sup>pl. subj. pron. ac.

saber pois que por inveja entregar o

Trad. Pois sabia que por inveja o entregariam.

(32) *Quid ergo scribae dicunt quod Eliam oportet primum uenire?* (Mt 17, 10)

pron. conj nom. v. 3<sup>a</sup>pl.ind. conj. ac. v. 3<sup>a</sup>s. ind. adv. v. inf.

porque então escriba dizer que Elias ser necessário primeiro vir

Trad. Então por que os escribas dizem que é necessário que Elias venha primeiro?

Nos exemplos (30) e (31), encontra-se o verbo da cláusula subordinada no subjuntivo *diceret* e *tradidissent*, mostrando assim uma maior integração dessa cláusula no séc. IV d.C. do que no séc. I a.C. como se percebe nos exemplos (28) e (29), cujos verbos estão no indicativo *est* e *traduxit*. Já no exemplo (32), embora seja do século IV, a cláusula

subordinada tem seu verbo no indicativo, demonstrando uma variação na possibilidade do modo do verbo da cláusula subordinada, podendo contribuir para seleção do modo verbal da cláusula subordinada o tipo de verbo da oração subordinada, pois certos tipos de verbos admitem uma conexão mais fraca ou mais forte com a principal.

#### **4.4 O papel da frequência**

Uma forma de se detectar essa mudança lingüística é por meio da observação da frequência com que ela acontece. Bybee (2003) caracteriza o fenômeno da gramaticalização a partir de uma forma de “ritualização”, resultado da repetição do processo de mudança investigado; ou seja, a repetição é parte característica da gramaticalização, na medida em que seqüências de palavras ou morfemas usados de modo freqüente se tornam automáticos no uso dos falantes de uma língua.

De acordo com Bybee (2003) no capítulo em que analisa o papel da repetição no processo de gramaticalização, este fenômeno é tratado como um processo pelo qual seqüências de palavras ou morfemas usados com certa frequência tornam-se automáticas como uma unidade de processamento, como uma espécie de ritualização. Bybee trata essa ritualização sob os seguintes aspectos: hábito, repetição, redução de formas, emancipação, que passam pelos seguintes processos:

- (1) com o hábito, há um enfraquecimento da força semântica de determinado item lingüístico;
- (2) com a repetição há uma redução ou uma fusão fonológica;
- (3) com a emancipação há uma maior autonomia para a construção, com conseqüente enfraquecimento ou perda de associação com outros usos dos mesmos itens;

(4) também com a emancipação há a possibilidades de novos usos para o item.

Assim, faz-se necessário, para que possam ser observados os aspectos que influenciam na gramaticalização, o controle da freqüência, já que gramaticalização e freqüência estão intimamente ligados.

Bybee descreve dois métodos para controlar a freqüência. O primeiro chamado *token frequency* (freqüência de ocorrência) e o segundo *type frequency* (freqüência de tipo). A freqüência de ocorrência verifica quantas vezes uma unidade (geralmente apareceu o morfema ou palavra) apareceu em um texto ou *corpus*; por exemplo, o conectivo subordinador *quod* apareceu 26 vezes nos *corpora* do latim clássico e 53 nos *corpora* do latim cristão. Já a freqüência de tipo verifica a quantidade de vezes que uma determinada estrutura aparece; por exemplo, quantas vezes *quod* apareceu com verbos *dicendi*.

#### **4.5 O princípio da marcação**

O princípio da marcação, que para este trabalho é de grande relevo; pois por meio dele poder-se-á se entender o desgaste do *ut* como conjunção integrante e a inserção de uma outra forma lingüística para esse fim, refere-se ao grau de novidade e de complexidade de uma determinada forma lingüística e pode estar relacionado à intenção do falante de dar a uma determinada estrutura um contorno expressivo maior ou não. As formas lingüísticas marcadas são aquelas que não passam despercebidas pelos interlocutores, uma vez que seu uso causa estranheza naquele determinado contexto, impondo aos participantes um maior esforço de atenção e, portanto, um maior empenho cognitivo. Já as formas não-marcadas são as usuais, corriqueiras e tendem, conseqüentemente, a ter pouca expressividade, visto que são

mais automatizadas pelos usuários da língua. Pretende-se demonstrar que a forma *ut* por sua grande produtividade tornou-se banal, por isso perdeu expressividade, sendo necessário para melhor eficácia da comunicação o surgimento de uma forma capaz de expressar o que o *ut* já não conseguia.

Há três critérios principais que envolvem o princípio da marcação, segundo Givón (1995). São eles:

- a. Frequência de distribuição: as categorias marcadas tendem a ser menos frequentes que as categorias não-marcadas;
- b. Complexidade estrutural: a categoria marcada tende a ser estruturalmente mais complexa do que a forma não-marcada correspondente;
- c. Complexidade cognitiva: a categoria marcada tende a ser cognitivamente mais complexa do que a não-marcada, demandando maior esforço mental, atenção e tempo de processamento.

Ressalta-se a grande importância do contexto para o conceito de marcação. Se em determinado contexto, certa categoria é cognitivamente complexa, ela tende a ser estruturalmente complexa, ou seja, tende a ser marcada. Porém, em um outro contexto, essa mesma estrutura pode não ser marcada. Assim, a explicação para o fenômeno da marcação é dada por fatores comunicativos, sócio-culturais e cognitivos.

#### **4.6 O princípio da iconicidade**

O princípio da iconicidade em sua formulação clássica (Bolinger, 1977) prevê uma conexão não-arbitrária e a existência de uma correlação de um-para-um entre forma e função na gramática das línguas. Porém, para Givón (1991), esta correlação idealizada entre forma e função é 'super-estendida'. O autor admite a existência de arbitrariedade na codificação

lingüística, argumentando que a iconicidade do código lingüístico está sujeita a pressões diacrônicas corrosivas tanto na forma (código/estrutura) quanto na função (mensagem): o código sofre constante erosão provocada pelo atrito fonológico, e a mensagem costuma ser alterada em virtude da elaboração criativa. Os dois tipos de pressão geram ambigüidades: quanto ao código, verifica-se a correlação entre uma forma e várias funções; quanto à mensagem, observa-se a correlação entre várias formas e uma função.

Os subprincípios associados à noção de iconicidade são: (I) subprincípio da quantidade, (II) subprincípio da adjacência e (III) subprincípio da ordenação linear. Givón (1991) considera que a gramática é construída a partir desses três subprincípios icônicos, cognitivamente transparentes, que se combinam com convenções estruturais aparentemente mais arbitrárias. Passa-se, então, a uma descrição sumária dos três subprincípios, baseada nas definições contidas em Givón (1991, p. 87-9) e Martelotta, Votre, Cezario (1996, p. 118-9).

#### I . Subprincípio da quantidade

- (a) Uma fatia maior de informação receberá uma fatia maior de codificação.
- (b) A informação menos previsível receberá mais material de codificação.
- (c) A informação mais importante receberá mais material de codificação.

A base cognitiva do subprincípio da quantidade está ligada especialmente a áreas de atenção e esforço mental. Um dos mais citados exemplos de manifestação desse subprincípio é a forma de codificação dos referentes nominais, que apresenta a seguinte gradação:

SN pleno > pronome > anáfora zero.



(33) **Paulo** comprou uma bola. **Ele** joga futebol, mas  $\emptyset$  não joga bem.

## II. Subprincípio da adjacência

- Os conceitos mais integrados no plano cognitivo se manifestam no nível da codificação lingüística com maior integração morfossintática.

Este subprincípio tem sua base cognitiva calcada no postulado de que a ativação de um conceito desencadeia a ativação de outros conceitos estreitamente a ele relacionados. Um exemplo da atuação deste subprincípio freqüentemente apontado é o grau de integração acentuado entre V e O.

## III. Subprincípio da ordenação linear

O subprincípio da ordenação linear define que a informação mais importante tende ocupar o primeiro lugar na cadeia sintática, ou a ordem dos elementos na estrutura morfossintática tende a refletir a ordem dos elementos no mundo real – como no muito citado exemplo *Vim, vi e venci* (um fato só é possível após o outro; caso contrário, não há lógica nessa seqüência).

Givón (1990, 1993) tem considerado a importância e a acessibilidade como dois subcomponentes da topicalidade: o primeiro definido em termos catafóricos (referente importante permanece no discurso) e o segundo, em termos anafóricos (referente anteriormente mencionado é mais acessível). De acordo com ele, cognitivamente, a informação mais importante e imprevisível demanda mais atenção. Assim sendo, é natural que ela seja colocada em primeiro lugar na cadeia lingüística, pois o elemento inicial do fluxo discursivo é o que controla mais atenção e é melhor memorizado. O autor cita como exemplo

da atuação do subprincípio da ordenação linear a colocação inicial de SNs plenos indefinidos, ou importantes, em línguas cuja ordem de constituintes é flexível (Givón, 1990: 94).

## 5. ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo, estudar-se-á a mudança de um item que era um pronome relativo neutro e que, em contextos sintáticos específicos, passou a assumir valor de conjunção integrante. Entende-se que, no fenômeno em análise, há um processo de gramaticalização. Assim, foram selecionadas algumas variáveis que possibilitem ratificar essa afirmação, tais como:

a) posição do *quod* pronome e do *quod* conjunção dentro da oração – já que elementos mais lexicais têm uma ordenação mais livre, caso do pronome relativo em latim, e os elementos mais gramaticais têm uma ordenação mais pressa, caso da conjunção, pois como afirmam Heine, Claudi e Hünemeyer (1991), Traugott e Heine (1991), Hopper e Traugott (2003), Traugott (2003), Heine: (2003) Lehman, (2005), Brinton e Traugott (2005), Cunha, Oliveira e Martelotta (2003) os itens em processo de gramaticalização perdem a liberdade típica da criatividade contextual motivada pelo discurso e tornam-se mais fixo e mais regulares. Deste modo, foram estabelecidas as seguintes variáveis para as possíveis posições do *quod*, tomando como base o verbo da cláusula principal:

- i) Posição antes do verbo – como demonstra o exemplo: ***Quod expectavi ...*** Aquilo que esperei... (OC, II, 6)
- ii) Posição depois do verbo – como demonstra o exemplo: *nescio quod ....* desconheço o que... (OC, II, 11)
- iii) Posição com elemento interveniente entre *quod* e o verbo: *illud perficiam profecto , quod ...* contudo farei aquilo que... (OC, II, 28) – *id maxime quod omnes uerebamus*. Isto que todos temíamos principalmente.

b) tipo semântico do verbo com o qual o *quod* como conjunção começou a ser utilizado – segundo Brinton e Traugott (2005), o processo de gramaticalização começa em um determinado contexto, com um determinado hospedeiro que possui uma motivação para este fato ocorrer. No caso específico do *quod*, ele começou a ser usado com verbos unipessoais e construções unipessoais;

c) a extensão de uso do *quod* com outros tipos semânticos de verbo – visto que gramaticalização envolve expansão de hospedeiro, ou seja, aumento da frequência de tipo, neste caso específico, envolve aumento de tipos de verbos com que o *quod* pode combinar;

d) o aumento de frequência de ocorrência do *quod* em detrimento da frequência de *ut* – o item gramaticalizado (*quod*) tem sua frequência de ocorrência aumentada, contudo ainda se registram casos com *ut*, evidenciando a presença de camadas, conforme um dos princípios associados à gramaticalização proposto por Hopper (1991);

e) o modo verbal da cláusula subordinada – acredita-se que há níveis de gramaticalização diferentes de acordo com o modo da cláusula subordinada.

Cabe dizer que esta análise possui um cunho mais qualitativo do que quantitativo. Acredita-se que os exemplos observados, ainda que poucos, 89 dados, permitem tirar conclusões sobre o tema proposto. Assim, ressalta-se que as informações quantitativas, por estar se tratando de um número relativamente pequeno de casos, estão a serviço das análises qualitativas. Cabe ainda lembrar que foram pesquisadas todas as aparições de *quod*, encontradas nos *corpora*, sendo analisadas principalmente aquelas em que este item funciona

como conjunção integrante e alguns exemplos em que este item funciona como relativo, que serviram para ajudar a demonstrar o processo de gramaticalização.

### 5.1 A posição do *quod*

A posição do *quod* dentro da cláusula variou de uma posição bem livre, vindo em qualquer lugar dentro da cláusula subordinada, quando este era pronome, ou aparecendo numa ordenação prototípica, vindo logo após o verbo quando este era uma conjunção, portanto possuindo uma ordenação mais fixa, conforme demonstram os exemplos abaixo, evidenciando assim uma diferença de comportamento entre o item mais gramatical e o mais lexical:

33) *Accedit quod uinum ad se omnino impotari non sinunt*, ( BG, IV, II)  
v. 3ª s. ind. conj. nom. prep. ac. adv. v. infin. v. 3ª pl.

somar que vinho para eles inteiramente levar colocar, deixar, permitir

Trad: Soma-se que eles não deixaram que o vinho fosse levado inteiramente para junto deles.

34) ... *dicam id, quod sentio, Quirites*. ( OC, III, 17)

v. 1ª s. ind. ac. pron.rel. v. 1ª s. ind. voc.

dizer isto que sentir romanos

Trad: Direi isto, que sinto, romanos.

35) *nihil tacitum, nihil denique eius modi*,

pron. neut. adj. adv. pron. gen. gen.

nada silencioso finalmente deste gênero

*etiam minus digni quod adsequi possint.* ( OC, III, 26)

adv.      adj.      pron. rel.      v. infin.      v. 3ª pl. subj.

também menos      dignos      que      conseguir      poder

Trad: Nada silencioso, nada finalmente deste gênero, que os menos dignos podem também conseguir.

No exemplo (33), o elemento *quod*, que funciona como conjunção integrante, vem logo após o verbo *accedit* da cláusula principal, introduzindo a oração que serve de sujeito para este verbo. Isto aconteceu com todas as cláusulas dos *corpora* analisados, em que *quod* tem esta mesma função, ou seja, sua posição se tornou previsível. Esta posição fixa decorre do fato de que o item já avançou no *continuum* de escala gramaticalização, tornando-se um item ainda mais gramatical do que já era, por isso, a ordenação deste item é a prototípica das conjunções.

No exemplo (34), o pronome relativo *quod* vem logo após a palavra a que se refere (*id* – pronome neutro), contudo esta posição do relativo, embora frequente não é a única, podendo o relativo aparecer em muitas outras posições dentro da cláusula, como ocorre no exemplo (35). Neste exemplo, o pronome relativo *quod* aparece distante do seu referente *nihil*, havendo entre as duas palavras 6 outros vocábulos, só se sabe que *quod* se refere a *nihil* porque o pronome vem no mesmo número e no mesmo gênero do substantivo (neutro e singular). Esta não-fixação da ordenação do relativo demonstra seu aspecto mais lexical e ajuda a identificar cada função do elemento.

Uma terceira função do *quod* reflete uma outra posição deste elemento dentro da cláusula, a função de relativo sem antecedente. Com esta função nos exemplos examinados

dos *corpora*, o pronome *quod* vem sempre junto (antes ou depois) do verbo da cláusula principal como no exemplo (36):

(36) *Quod expectaui, iam sum adsecutus...* (OC, II, 6)

rel. v. 1ª s. ind. adv. v. 1ªs. ind.

aquilo que esperar agora alcançar

Trad.: Esperei aquilo que agora alcancei...

No que diz respeito à distribuição desses dois tipos de uso do item estudado nos *corpora* das duas sincronias, os resultados obtidos foram os seguintes:

Tabela 1 – Posição do *quod* referente a sua ordenação em relação ao verbo da cláusula principal<sup>23</sup>.

Itens	Posição DV		Posição AV		Posição EI		Total	
	Nº O	%	Nº O	%	Nº O	%	Nº O	%
<i>Quod</i> – pronome relativo com antecedente	9	18,7	12	25	27	56,3	48	100
<i>Quod</i> – pronome relativo sem antecedente	15	71,4	6	28,6	Ø	Ø	21	100
<i>Quod</i> – conjunção integrante	89	100	Ø	Ø	Ø	Ø	89	100

Como a tabela demonstra, quanto mais gramatical é o item, mais fixa é sua ordenação. Assim, pode-se supor que numa escala de gramaticalidade o relativo com antecedente<sup>24</sup> é menos gramatical que o relativo sem antecedente, portanto sua ordenação se apresenta mais livre na cláusula como a tabela demonstra. Esta liberdade se dá também em relação a seu referente, não havendo necessidade de o relativo vir logo após a palavra que

<sup>23</sup> DV significa depois do verbo, AV antes do verbo, EI indica que há um ou mais elementos entre o *quod* e o verbo, já Nº O significa número de ocorrência.

<sup>24</sup> A suposição de que o relativo com antecedente é menos gramatical que o sem antecedente advém não só da posição mais fixa deste item mas também de sua avançada decategorização, pois este funcionando como relativo sem antecedente não declina, nem tem plural vindo sempre com a forma *quod* acusativa.

retoma. Contudo, o relativo sem antecedente está sempre próximo ao verbo da cláusula principal como evidencia o exemplo (36), no qual o *quod* vem imediatamente antes do verbo *expectaui*. Esta proximidade ocorreu em todos os dados deste mesmo tipo analisados, a variação estava na ordenação do *quod* que poderia aparecer antes ou depois do verbo, sendo encontrados 15 depois do verbo e só 6 antes do verbo.

Este dado aponta para a ordenação da conjunção que como consta na tabela é mais fixa ainda, por este ser mais gramatical. Aponta também para o subprincípio da iconicidade denominado adjacência ou proximidade que define que conceitos mais integrados no plano cognitivo se manifestam no nível da codificação lingüística com maior integração morfossintática. Ao não ter referente exposto na oração anterior o relativo passa a funcionar como objeto do verbo da cláusula principal, daí sua proximidade com este se tornar necessária.

Conforme já se vem anunciando, o relativo sem antecedente é menos gramatical que a conjunção, pois o termo perdeu a sua capacidade referencial e sua liberdade de ordenação, como demonstra a tabela, já que em todos os 89 dados analisados de *quod*, funcionando como conjunção integrante, vem o item gramaticalizado em uma única posição logo após o verbo da cláusula principal<sup>25</sup>. Esta análise só ratifica a hipótese de anterioridade temporal de um sentido em relação ao outro e as hipóteses de trajetórias unidirecionais de desenvolvimento semântico-sintático, pois se confirma por meio dela a gradualidade da mudança, demonstrando que primeiro veio o pronome com antecedente, deste derivou o relativo sem antecedente e por fim deste o conectivo subordinador.

---

<sup>25</sup> Nos dados pesquisados o único elemento que por 8 vezes se interpôs entre o verbo e a conjunção *quod* foram os pronomes pessoais átonos *me, te, se nobis e uobis*, porém como a acentuação destes depende do verbo, estes não foram analisados como elementos isolados.



## 5.2 Tipo de Verbo

Guiado pelos dados encontrados nos *corpora* da época clássica, no qual o *ut* conjunção integrante aparecia com maior frequência de ocorrência e de tipo, ou seja, mais vezes e com mais tipos de verbos que *quod*, percebe-se que o maior uso do *quod* deu-se com verbos unipessoais, aparecendo menos vezes com outros tipos de verbos. Isto leva a pensar que o processo de gramaticalização do *quod* iniciou-se com este tipo de verbo, já que é com ele que o item mais se realiza nesta primeira sincronia estudada; portanto, os verbos unipessoais seriam o primeiro hospedeiro do *quod*, só mais tarde se estendendo a outros tipos de verbos.

Dos 26 exemplos encontrados com *quod* na análise dos textos clássicos, 18 foram com verbos unipessoais e construções unipessoais, assim como 8 vezes com verbos pessoais. Os unipessoais que mais apareceram foram *accedit* (acrescentar) 5 vezes, *accidit* (acontecer) 4 vezes e 3 vezes com *addit* (somar), já as demais vezes apareceram com construções unipessoais como *certum est*<sup>26</sup> (é certo). Do uso do *quod* com verbos pessoais o que mais chamou atenção foi o fato de esses verbos em sua maioria (5 casos) estarem na primeira pessoa do singular, o restante (3 casos) na terceira pessoa do singular. Para melhor demonstrar estes usos serão repetidos alguns exemplos que já foram examinados acima e feita uma tabela:

(28) *Accidit quod est luna plena.* (BG. IV, 29)

v. 3ª s. conj pres.indic nom. s.

acontecer que está lua cheia.

---

<sup>26</sup> Embora, para efeito de estudo, tenham sido analisados separadamente os verbos unipessoais das construções unipessoais formadas pelo verbo *esse* na 3ª do singular e um predicativo, ambas estruturas se comportam sintaticamente da mesma forma, tendo como sujeito uma oração.

Trad. Acontece que a lua está cheia.

(29) ... *accedit quod per fines Sequanorum traduxit.* (BG. I)

v. 3<sup>a</sup>s. conj. loc.adv gen. v. 3<sup>a</sup>s. indic.

somar que por territórios sequanos atravessar

Trad. Soma-se que ele atravessou pelo território dos sequanos.

(5) *Credo quod ...praeter consuetudinem proxima nocte uigilarat.* ( OC, III, 5)

v. 1<sup>a</sup>s. indic. conj. prep. ac. s. ablat.sing v. 3<sup>a</sup>s. indic.

Crer que contra costume anterior noite vigiar

Trad.: Creio que na noite anterior vigiara contra o seu costume.

Tabela 2 – Tipos de verbos usados com *quod* no latim clássico.

Tipos de verbos	Número de ocorrência	%
Com verbos unipessoais	12	46,15
Com construções unipessoais	6	23,08
Com verbos pessoais	8	30,77
Total	26	100

Como se pode notar pela tabela acima, 46,15 % das ocorrências com *quod* se dá com verbos unipessoais, o que ratifica a hipótese de que este tipo de verbo foi por onde se iniciou a gramaticalização do item estudado. Somando-se aos verbos unipessoais as construções unipessoais que nos dados analisados também eram unipessoais, tem-se um número muito expressivo 69,23% de *quod* ligados a verbos que apresentam sujeito oracional. Dentre os

verbos pessoais, 7 são marcados por um baixo comprometimento do falante/escritor em relação ao conteúdo proposicional. A única exceção é a ocorrência com verbo *credo*<sup>27</sup>.

Acredita-se que tal característica aliada à grande frequência deste tipo de verbos motivou a seleção dele para primeiro hospedeiro do elemento *quod* mais gramatical. Como se sabe, a gramaticalização costuma ocorrer com as construções mais frequentes o que corrobora a escolha deste tipo de verbo como ponto inicial do uso do *quod* conjunção integrante. Contudo, ela também pode atuar como força de conservação de estruturas, por força da repetição; uma estrutura fica tão a mão que consegue resistir mais tempo à pressão de mudança, conforme (Bybee, 2003). Isto ajudaria a explicar porque os verbos com alta frequência, como os volitivos e os sensitivos, demoram tanto para se ligar a *quod*. Eles teriam uma vinculação com a estrutura de infinitivo muito forte devido ao uso consistente das formas em conjunto, vindo a caracterizar verdadeiras locuções, pois comumente se encontram juntas, o que não ocorre tão frequentemente com outros tipos de verbos e o infinitivo, como afirmam Ernout e Thomas (1951).

### 5.3 A extensão do uso de *quod* no latim cristão

Para a análise deste fator, faz-se necessário lembrar a proposta feita por Brinton e Traugott (2005) que afirmam que com o tempo o item gramatical resultante do processo de gramaticalização pode-se tornar ainda mais gramatical por adquirir mais funções gramaticais e por expandir seu hospedeiro. Esta segunda afirmação é a que mais interessa neste momento, pois, como foi visto acima no início do processo de gramaticalização, o item *quod* se liga a um número muito restrito de tipos de verbos. Contudo, ao ser feita a análise de outra

---

<sup>27</sup> Em todo *corpus* analisado do latim clássico, só aparece um dado com verbo cognitivo, este do exemplo citado acima, todos os outros cognitivos (32 ocorrências) ou foram complementados por *ut* ou pela estrutura de acusativo com infinitivo. Este fato corrobora a hipótese sustentada nesta dissertação, já que o uso consistente de *quod* com verbos cognitivos apenas se dará em sincronias mais tardias do latim como a do latim cristão.

sincronia do latim, a do latim cristão (século IV d.C), foi verificado um quadro de distribuição de *quod* bem diferente da encontrada no século I a.C.

Nos textos dos *corpora* estudados da época cristã, o *quod* conjunção integrante se liga a todos os tipos de verbos. Mostrando assim que este elemento se gramaticalizou ainda mais ao poder ser usado sem restrições dentro da língua deste grupo, como demonstram os exemplos abaixo.

(37) *Aduertis quod in illo Hebraeorum transitu baptimis figura praecesserit.* (MLU,5)

v.2ª pl. indic. conj ablat. gen. ablat. dat. nom. v.3ª s. subjunt.

Lembrar que naquele Hebreus passagem batismos fórmula preceder

Trad.: Lembrais *que* naquela passagem da epístola aos Hebreus a fórmula precede aos batismos.

(38) ... *et auditum est quod in domo esset* (Mc 2,2)

conj. v. 3ªs. ind. conj. prep. abl. v. 3ªs. subj.

e ouvir que em casa estar

Trad.: E ouviu-se que ele estava em casa.

(39) *Volo quod protinus des mihi in disco caput Iohannis Baptistae* (Mc 6,25)

v. 1ªs. ind. conj. adv. v. 2ªs. subj. pron. prep. abl. ac. gen.

querer que imediatamente dar me em bandeja cabeça João Batista

Trad.: Quero que me dê imediatamente a cabeça de João Batista em uma bandeja.

Com estes três exemplos, fica bem claro o diferente tipo de distribuição do item em estudo, pois em todos os *corpora* da primeira sincronia estudada, uma só vez apareceu *quod*

sendo usado com cognitivos e nenhuma ocorrência foi detectada com verbos sensitivos ou volitivos. Estudando os exemplos da segunda sincronia, encontra-se *quod* sendo usado com um verbo cognitivo *advertis* (37), com um verbo de operação de sentidos *auditum* (38) e com um verbo volitivo *uolo* (39), porém outros tipos de verbos também se ligam a *quod* nesta sincronia como explicita a tabela abaixo.

Tabela 3 – Extensão de uso do *quod* no corpora do latim cristão

TIPOS DE VERBOS	OCORRÊNCIA
Dicendi	19
Sentiendi	11
Volitivo	8
Cognitivo	7
Unipessoais	8
Construções unipessoais	10
Total	63

Cabe lembrar aqui que o grande uso de *quod* ligado a verbos *dicendi* deve-se ao fato de que os *corpora* analisados são compostos, em sua maior parte, de textos narrativos nos quais, a todo momento, é lembrada a fala de algum personagem por meio do discurso indireto, havendo quase que um mote que se repete quando a lembrança vai ser atualizada: “então Jesus disse que...”, “então falou que...”.

Ao analisar a tabela acima, constata-se que nesta sincronia não há restrições para uso de *quod*, comprovando assim sua extensão aos mais variados tipos de verbo. Desta forma, de acordo com Brinton e Traugott (2005), o item tornou-se ainda mais gramatical, pois aumentou seu número de hospedeiros, ou seja, sua frequência de tipo.

#### 5.4 Aumento de freqüência de ocorrência de *quod*

Uma vez que *quod* pôde-se ligar aos mais variados tipos de verbo, passou a ter juntamente sua freqüência de ocorrência aumentada. No século I a.C., *ut* integrante tinha uma freqüência de ocorrência maior que a de *quod*, já no século IV d.C. *quod* é a única conjunção integrante que aparece nos textos da *Vulgata* de São Jerônimo, tendo assim superado *ut*. Em Santo Ambrósio também aquela tem um uso mais freqüente que esta, embora *ut* apareça uma vez, conforme comprovam as tabelas abaixo:

Tabela 4 – Uso de *quod* e *ut* integrante no latim clássico<sup>28</sup>

CONECTIVOS	QUANTIDADE	%
UT	62	70,5
QUOD	26	29,5
TOTAL	88	100

Tabela 5 – Uso de *quod* e *ut* integrante no latim cristão

CONECTIVOS	QUANTIDADE	%
UT	1	1,4
QUOD	63	98,6
TOTAL	64	100

Das 88 orações substantivas analisadas nos *corpora* do latim clássico, 62 (70,5%) utilizaram a conjunção integrante *ut* como conectivo introdutório e apenas 26 (29,5%) com a conjunção *quod*. Este dado revela que a gramaticalização de *quod* estava no seu início, pois ele tinha uma baixa freqüência de ocorrência nesta sincronia, freqüência esta que aumentou sensivelmente na análise feita em outra sincronia do latim a do latim cristão; já que dos 64 dados encontrados, 63 (98,6%) usam *quod* e apenas 1 (1,4%) exemplo encontrado com *ut*.

<sup>28</sup> A baixa freqüência de conjunção integrante se deve ao fato de que em latim se tinha uma preferência pela construção de acusativo com infinitivo ao invés da oração desenvolvida.

Esta inversão nos números referentes ao uso de *quod* e *ut* demonstra quão gramaticalizado está o *quod* no século IV. Este emprego maciço de *quod* ratifica que na mente da comunidade lingüística desta sincronia tal elemento já se encontrava totalmente gramaticalizado, pois eles praticamente não conheciam outra conjunção capaz de suprir as necessidades comunicativas, por isso recorriam sistematicamente ao *quod*. Cabe ressaltar que no único exemplo encontrado com *ut*, este item completava um verbo volitivo que foi o que mais resistiu ao uso com conectivo *quod* nas duas sincronias analisadas.

### 5.5 O modo verbal da oração subordinada

Cezario (2004) define 9 categorias lingüísticas controladas que formam uma categoria maior denominada graus de integração de cláusulas, sendo a uma delas o modo da oração subordinada. A autora diz que se deve verificar se o modo da cláusula subordinada é o indicativo, o subjuntivo ou um modo não finito. Ela aponta ainda que a cláusula no modo indicativo é mais independente que do que no modo subjuntivo. Autora se baseia em Givón (1990; 1995), segundo o qual o uso do verbo da oração subordinada no subjuntivo já é um indício de que a integração entre as cláusulas está mais forte.

Nos textos pesquisados dos *corpora* do latim clássico, a cláusula subordinada com *quod* só foi usada com verbos no modo indicativo, já nos textos do latim cristão não só o indicativo foi usado mais também o subjuntivo, conforme demonstram os exemplos abaixo:

(40) *Peccatrix cognouit quod accubuit in domo Pharisaei* (Lc 7,37)

nom.	v. 3 <sup>a</sup> s. ind.	conj.	v. 3 <sup>a</sup> s. ind.	prep. abl.	gen.
pecadora	saber	que	estar a mesa	em casa	fariseu

Trad.: Uma pecadora soube que ele esteve à mesa na casa de um fariseu.

(41) *Cognouerunt quod uisionem uidisset in templo* ( Lc 1,23)

v. 3<sup>a</sup>pl. ind. conj. ac. v.3<sup>a</sup>pl. subj. prep. abl.  
saber que visão ver em templo

Trad.: Souberam que ele viu uma visão no templo.

No exemplo (40), *quod* introduz uma cláusula cujo verbo *accubuit* está no pretérito perfeito do indicativo, já no exemplo (41) a conjunção introduz uma subordinada cujo verbo está no pretérito-mais-que-perfeito do subjuntivo, caracterizando assim uma mudança ocorrida na estrutura da cláusula subordinada. Tendo se procurado observar, nos exemplos analisados, o modo da cláusula subordinada, o resultado foi o seguinte:

Tabela 6 – Modo da cláusula subordinada com *quod* no latim clássico

Modo do verbo	Ocorrência	%
Indicativo	26	100
Subjuntivo	Ø	Ø
Total	26	100

Tabela 7 – Modo da cláusula subordinada com *quod* no latim cristão

Modo do verbo	Ocorrência	%
Indicativo	24	38,1
Subjuntivo	39	61,9
Total	63	100

Como se percebe, no latim clássico, pelo fato de a gramaticalização estar num estágio anterior a do latim cristão, *quod* só introduz cláusulas cujos verbos se encontram no indicativo. Já a análise feita no latim cristão apontou que a maior frequência dos verbos das cláusulas subordinadas (61,9) está no subjuntivo. Assim, constata-se que a cláusula introduzida por *quod* no latim cristão é mais gramaticalizada do que no latim clássico, demonstrando que de uma sincronia para outra houve uma evolução no *continuum* de gramaticalização não só do item estudado, mas também de toda cláusula por ele introduzida.



## 6. CONCLUSÃO

Essa dissertação tratou da gramaticalização do item *quod*, pronome relativo latino que se transformou em conjunção integrante, e, assim, dentro de uma escala no *continuum* de gramaticalização, este item passou de um elemento gramatical a mais gramatical. Para realizar esse estudo foi preciso analisar textos latinos de duas sincronias bem distintas (latim clássico e cristão), e, então, detectar as causas que provocaram tal mudança causas estas que confirmaram as hipóteses estabelecidas no *caput* deste trabalho.

Constatou-se, nesse trabalho, a origem dêitica espacial do elemento *quod*, ao se verificar que o mesmo deriva de um antigo demonstrativo de tema em *so* que foi atestado em latim arcaico, sendo ainda encontradas as formas *sam*, *sos*, *sas*, como comprova Ernout (1945). Detectada essa origem, pôde-se confirmar a trajetória do processo de gramaticalização espaço > (tempo) > texto proposto em Heine, Claudi e Hünemeyer (1991) e em Heine (2007), na qual um elemento espacial é levado a assumir funções típicas de conjunções. Essa direcionalidade da mudança semântica foi encontrada no elemento em estudo. Ao analisar os dados encontrados, verificou-se que o item *quod* percorreu justamente esta trajetória, pois os dados apontam que do demonstrativo adveio o relativo, do relativo à conjunção. Assim, de um elemento que tem uma origem dêitica espacial surgiram usos pronominais anafóricos e catafóricos dos relativos, que gerou o item *quod* com funções conectivas.

De acordo com a análise feita, o *quod* integrante surgiu do contexto em que o relativo era usado sem antecedente. O relativo, por não ter referente, passou a ser entendido como um complemento do verbo da cláusula principal, daí sua grande proximidade com este termo, como propõe o princípio da iconicidade, mais especificamente o subprincípio adjacência Givón (1990), que determina que há uma relação entre proximidade semântica e

proximidade sintática. Assim, o item *quod* sem referente se fixa próximo ao verbo, vindo com maior frequência logo após este (71, 4%) , com o tempo perde sua capacidade referencial e passa apenas a ligar duas orações.

No século I a.C, o *quod* conjunção integrante tinha seu uso muito restrito nos textos analisados (29, 5% ), sendo preterida por outras construções, como a desenvolvida com *ut* ou a reduzida de infinitivo. Já no século IV a.C, *quod* é o principal conectivo introdutor de cláusula subordinativa substantiva desenvolvida nos textos do latim cristão analisados (98,6%), podendo vir com todos os tipos de verbo, superando a construção do latim clássico com *ut* e podendo ser construída com o verbo da subordinada no subjuntivo (61,9), o que não era possível no século I a.C. Nesta sincronia *quod* só introduzia cláusulas cujo verbo estava no indicativo. Assim, pode-se supor que a gramaticalização do item *quod* estava mais adiantada neste século.

Foi possível detectar que cronologicamente o *quod* é posterior não só ao *ut* mas também a estrutura de acusativo com infinitivo, uma vez que sua frequência de uso e de ocorrência cresceu da sincronia mais antiga para mais recente, enquanto as outras duas construções diminuíram (principalmente *ut* que apenas teve uma ocorrência no latim cristão). Evidencia-se, assim, que comunidade lingüística recorreu a este item, para tornar mais clara a comunicação, quando as outras estruturas já não eram capazes.

Nesse processo de gramaticalização foi possível detectar que a passagem de pronome relativo a conjunção integrante envolveu três dos quatro mecanismos descritos por Heine (2003)<sup>29</sup>: a dessemantização, a decategorização e a extensão. A dessemantização é entendida como a perda de conteúdo semântico, constata-se a realização deste fenômeno no item estudado, quando *quod* pronome relativo não possui mais a capacidade referencial, ou

---

<sup>29</sup> O quarto mecanismo descrito por Heine é o da erosão que implica perda da substância fonética o que não ocorre com *quod*, visto que este item permaneceu fonologicamente constante durante as duas sincronias analisadas.

seja, não pode mais retomar um termo. A decategorização é entendida como perda de propriedades características das formas fonte, verifica-se que esse fenômeno ocorreu, quando *quod* não pode mais se declinar nem ir para o plural, ou seja, perdeu as características de pronome e começou a ganhar características de conjunção. A extensão que se resume no uso em novos contextos, dá-se, quando o *quod* com características de conjunção que tinha um uso restrito passou a acompanhar outros tipos de verbos, ou seja, de seu uso inicial com verbos unipessoais (os dados do século I a.C. apontam que 46,15 dos casos foram com este tipo de verbo) se espalhou a outros como, as construções unipessoais, os sensitivos, os declarativos, e por fim, não só os cognitivos mas também os volitivos.

## 7. REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BIZZOCCHI, A. L. *Processos lexicogênicos em línguas românicas e germânicas*. São Paulo: FFLCH-USP. 1994. [Tese de Doutorado].

BYBEE, Joan. Mechanisms of change in grammaticization: the Role of frequency. In: JOSEPH, Brian e JANDA, Richard (eds). *A handbook of historical linguistic*. Oxford: Blackwell, 2003.

BRINTON, Laurel J. & TRAUGOTT Elizabeth Closs. *Lexicalization and Language Change*, Cambridge: Cambridge Universiti Press, 20005.

CAMARA JÚNIOR, J. Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática: referente à língua portuguesa*. 14<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1988.

CAMARA JÚNIOR., J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Padrão, 1978.

CÉSAR. *Guerre des gaules*, texte établi et traduit par L. A. Constans. Paris: Société D`Édition: Les Belles Lettres, 1926.

CEZARIO, Maria Maura. Graus de integração de cláusulas com verbos volitivos. In: VOTRE, Sebastião, CEZARIO, Maria Maura & MARTELOTTA, Mario. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

CICÉRON. *Pour le poète Archias*, texte établi et traduit par Félix Gaffiot. Paris: Société D`Édition: Les Belles Lettres, 1947.

CUNHA, Maria Angélica F. da, OLIVEIRA, Mariangela Rios de e MARTELOTTA, Mário E. (orgs). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, J.; MEVEL, J. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 1978.

ERNOUT, Alfred e THOMAS, François. *Syntaxe Latine*. Paris: Librairie C. Klincksick, 1951.

ERNOUT, Alfred. *Morphologie Historique du Latin*. Paris: Librairie C. Klincksick, 1945.

GAILLARD, Jacques. *Approche de la Litterature Latine*. Paris: Editions Nathan, 1992.

GENETTE, Gérard. *Rhétorique et enseignement in Figures*. Paris: Editions du Seuil, 1979.

GIVÓN, Talmy. *On Understanding Grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. *Syntax. A functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins, 1990.

GIVÓN, Talmy. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

HEINE, Bernd e KUTEVA, Tania. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HEINE, Bernd. *Grammatialization espace > time > text*. Handout apresentado no I Workshop on Grammaticalization of the Discourse and Grammar Research Group/ XI Seminário do Grupo de Estudos Discurso e Gramática. Rio de Janeiro: UFRJ. 2007.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization : a Conceptual Framework*. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

HEINE, Bernd. Grammaticalization. In: JOSEPH, Brian D. e JANA, Richard D. *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.

HOPPER, Paul J.. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT e HEINE(ed).*Approaches to grammaticalization.Vol 1. Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

HOPPER, Paul J. e TRAUGOTT, Elizabeth C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

JACOB, Daniel. *Gramaticalização e graus de gramaticidade: da função primária à autonomia gramatical*. UFRJ: Palestra apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2004.

JERÔNIMO. *Apologie contre Rufin*. Introduction, texte critique, traduction et index par Pierre Lardet. Paris: Cerf, 1983.

LABOV, William. *Principles of linguistic change.vol 1* Cambridge: Blackwell, 1994.

LANCET, Rene. *Vie e oeuvre complete de Saint Ambrosie*. Paris: Editions Nathan, 1992.

LEHMANN, Christian. Grammaticalization and related changes in contemporary German. In: TRAUGOTT, Elizabeth C. & HEINE, Bernd (eds.), *Approaches to grammaticalization*. Vol. II: Focus on types of grammatical markers. Amsterdam & Philadelphia: J. Benjamins, 1991.

LEHMANN, Christian. *Thoughts on Grammaticalization*. Erfurt: Seminar für Sprachwissenschafts der Universität, 2002.

LICHTENBERK, Frantisek. On the gradualness of grammaticalization. TRAUGOTT, E. C. e HEINE, B. (eds.). *Approaches to grammaticalization*. Volume I, Philadelphia, John Benjamins Company, 1991.

MARTELOTTA, Mario E, VOTRE, Sebastião J e CEZARIO, Maria Maura. *Gramaticalização no Português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MARTELOTTA, Mario Eduardo. *Os Circunstanciadores Temporais e Sua Ordenação: Uma visão funcional*. 1994, 238p. Tese (Doutorado em Lingüística) UFRJ. Rio de Janeiro.

MARTELOTTA, M. E. A mudança lingüística. In: CUNHA, M.A.; OLIVEIRA, M. R. & MARTELOTTA, M. (ORG.) (2003) *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003.

MEILLET, Antoine & VENDRYES, Joseph. *Traité de grammaire comparée des langues classiques*. Paris: E. Champion, 1927.

MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et Linguistique générale*. 6<sup>a</sup> ed. Paris: Librairie Honoré Champion, 1965.

MOHRMANN, C. *Études sur le latin des chrétiens*. 2<sup>o</sup> vol. Roma: Ed. di Storia e Letteratura, 1961.

MUGLER, C.H. *L'évolution des Subordonnées Relatives Complexes en Grec*. Paris: Les Belles Lettres, 1938.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PISANI, V. *Introduzione alla linguistica indeuropea*. Roma: Edizioni Universitarie, 1948.

REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ROBINS, R.H. *Pequena História da Lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

ROSTAGNI, A. *Storia della letteratura latina*. 3 vol. Torino:Unione Tipografico-Editrice Torinese, 1983.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática / Teoria e Prática*. São Paulo: Atual, 1996.

SAID Ali, M. *Gramática Histórica da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

SANKOFF, Gillian e BROWN, Penelope. The origins of syntax in discourse: a case study of tok pisin relatives. In: SANKOFF, Gillian. *The social life of language*. Pennsylvania: University of Pennsylvania Press, 1980.

SILVA, Bianca Graziela Souza Gomes da. *O caminhão que eu trabalhava com ele subia qualquer ladeira: um estudo sobre a gramaticalização do que*. 2005. Dissertação (Mestrado Língua Portuguesa) - Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

TARBOR, Whitney e TRAUGOTT, Elizabeth C. Structural scope expansion andgramaticalization. In: RAMMAT, Anna G, e HOPPER, Paul J. *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1998.

TEYSSIER, Paul: *Comprendre les Langues Romanes*, Paris: Editions Chandeigne, 2004.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs e KÖNIG, Ekkehard: The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT & HEINE (eds.) *Approaches to grammaticalization*.V.1: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: Benjamins, 1991.



TRAUGOTT, Elizabeth C. & HEINE, Bernd. *Approaches to grammaticalization Vol 1: Focus on theoretical and methodological issues*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

TRAUGOTT, Elizabeth C. *The role of the development of discourse markers in a theory of grammaticalization*. Stanford: Department of Linguistics, Stanford University. 1995  
(Mimeo).

TRAUGOTT, Elizabeth C. e DASCHER, Richar B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Construction in grammaticalization. In: JOSEPH, B e JANDA, R (eds). *A handbok of historical linguistic*. Oxford: Blackweel, 2003.

VENDRYÈS, J. *Le Language*. Paris: Klincksieck, 1950.

VOTRE, Sebastião. *Lingüística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1992.

VOTRE, S. J. Um paradigma para a Lingüística Funcional. In: MARTELOTTA, M. E; VOTRE, S. J; CEZÁRIO, M. M. (Org.). *Gramaticalização do português do Brasil: uma abordagem funcional*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UFRJ, 1996, p. 27-44.

VOTRE, Sebastião, CEZARIO, Maria Maura & MARTELOTTA, Mario. *Gramaticalização*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras UFRJ, 2004.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)